

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALISON RIBEIRO CENTENO

**ECONOMIA CRIATIVA E INDÚSTRIAS CULTURAIS:
HISTÓRICO E PROPRIEDADES**

Porto Alegre

Julho de 2015

ALISON RIBEIRO CENTENO

**ECONOMIA CRIATIVA E INDÚSTRIAS CULTURAIS:
DEFINIÇÕES, HISTÓRICO E PROPRIEDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Flávio Paim Falcetta

Porto Alegre

Julho de 2015

ALISON RIBEIRO CENTENO

**ECONOMIA CRIATIVA E INDÚSTRIAS CULTURAIS:
HISTÓRICO E PROPRIEDADES**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi considerado aprovado para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 18 de junho de 2015

Prof^a. Maria Lucrécia Calandro – Doutora em Economia
Coordenadora da Monografia

Prof^a. Letícia Braga de Andrade - Doutora em Economia
do Desenvolvimento
Coordenadora da Monografia

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Flávio Paim Falcetta - Doutor em Comunicação Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Orientador

Prof^a. Kellen Fraga da Silva – Mestrado em Economia do Desenvolvimento
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Carlos Eduardo Lobo e Silva – Doutorado em Planejamento Regional
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho à minha mãe, seus ensinamentos e sua árdua batalha foram exemplo e pressuposto para minha busca pelo crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha mãe Tânia e meus avós, os quais foram exemplos de dedicação e incansável luta, sem os quais não travaria novas batalhas sempre embasadas nos princípios da dignidade e da busca por novos conhecimentos.

Ao meu orientador Prof. Flávio Paim Falcetta e a Prof^a. Maria Lucrecia Calandro, pela amizade, pelo conhecimento agregado na elaboração deste trabalho e os incríveis momentos durante os últimos dezoito meses.

Aos meus queridos amigos Natássia Bayer, Diogo Kowalski, Marília Velloso e Kátia Aragão, pessoas inesquecíveis que me apoiaram nos mais difíceis períodos e comigo celebraram os melhores momentos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a busca de uma consonância dentre as divergentes teorias sobre a Economia Criativa e as Indústrias Culturais. Para assim explicá-las, busca-se seus embasamentos nas teorias da sociedade pós-industrial e as mudanças no perfil social do trabalho e do consumo desde as últimas três décadas do século XX, com o decréscimo social e político do sindicalismo operário e a ascensão dos trabalhadores criativos, analisando o crescimento da cadeia produtiva fundamentada na inteligência e na cultura. Assim, investiga-se as atividades econômicas nas quais a inteligência humana é o mais expressivo insumo, o impacto da Economia Criativa no Brasil e o valor das culturas e tradições brasileiras na atividade econômica nacional. Expôs-se a importância dos segmentos criativo e cultural para o PIB brasileiro e sua capacidade de contribuir para o crescimento econômico com a valorização do trabalhador, bem como o mérito de políticas públicas que fomentam a Economia Criativa e as Indústrias da Cultura.

Palavras-chave: Economia Criativa, Indústrias Culturais, Sociedade pós-industrial.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL	10
2.1	DEFINIÇÕES DE SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL.....	10
2.2	O ESFACELAMENTO SINDICAL E A ASCENSÃO DO TRABALHO MERITOCRÁTICO	18
3	A ECONOMIA CRIATIVA E AS INDÚSTRIAS CULTURAIS	24
3.1	DEFINIÇÕES DE ECONOMIA CRIATIVA	25
3.2	DEFINIÇÕES DE INDÚSTRIAS CULTURAIS	31
4	O CASO BRASILEIRO	37
4.1	O POTENCIAL ECONÔMICO DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL EM NÚMEROS	38
4.2	O PLANO NACIONAL DE CULTURA COMO PERSPECTIVA PARA O FUTURO DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL	42
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Há consenso quanto à inegável Revolução Digital que atravessa o mundo globalizado, sendo esta revolução consequência da globalização e vice-versa. Uma mesma informação está em dezenas de diferentes países segundos após a ocorrência de um fato, e já não é mais como única via para se conhecer aspectos da cultura de uma nação, atravessar um continente, passível de conhecimento sobre seu histórico e formação por telas repletas de conteúdo, dados e ilustrações.

Com o advento da Revolução Industrial valorizava-se a relevância econômica pelo critério de onde foi produzido; no século XXI a vantagem de uma nação em relação à outra está no critério de onde foi idealizado. Logo a importância não está somente onde é materializada e concretizada uma produção, mas onde foram suas ideias e planejamentos concebidos e criados. Os novos alicerces da Economia são inteligência e inovação constante, diretrizes da cadeia produtiva diante de uma demanda incessante por novidades e originalidades tradicionalmente atendidas por grandes corporações da ciência e tecnologia ou por vias de incentivos governamentais à pesquisa e desenvolvimento.

Sob uma nova perspectiva de estudos em economia, valorizando-se peculiares culturas e tradições enraizadas em cada sociedade, busca-se averiguar os impactos na atividade produtiva de tudo aquilo que pode ser chamado de cultura – em sua melhor definição: conhecimento, crenças, hábitos e costumes, todos desenvolvidos pelo processo de transformação do homem frente à sociedade. Na mesma linha, prezando pelo mais primoroso dos recursos naturais, o intelecto humano – o estudo sobre Indústrias Criativas requer análise sobre aquilo onde na produção econômica, a inteligência humana é o mais relevante insumo.

As mudanças no perfil social do trabalho e do consumo (evoluindo para um maior consumo abstrato – de “produções intangíveis”) em plena era da informação concatenado com a priorização do fator da obsolescência na mesma ou maior proporção do fator hora trabalho, suscitam um estudo sobre a cadeia produtiva baseada na intelectualidade e na cultura. Todavia, o mesmo estudo sofre como maior empecilho às múltiplas e divergentes definições quanto a Economia Criativa e as Indústrias Culturais, principalmente por órgãos oficiais – levando a um conflito sobre que padrões melhor elucidam os respectivos ramos.

O conflito entre economia e criatividade está em sua própria índole: o economista busca aproveitar da melhor maneira os recursos naturais, por sua vez, o trabalhador criativo se insurge com o que lhe oferta a natureza. Vivencia-se um período onde ascende o capital criativo, este dedicado à concepção de ideias, solução de problemas, dentre outros, ao passo que a

produtividades dos fatores clássicos – capital, terra, trabalho operário – é decrescente, leia-se pelas constantes buscas de aprimorar pequenos espaços, seja pela sua escassez, seja pelos pesos climáticos envolvidos, bem como a constante e ininterrupta substituição ao longo da história da mão-de-obra por máquinas sofisticadas.

Tudo isso tem seus primórdios nas teorias da sociedade pós-industrial e do pós-materialismo. No capítulo 2, será investigado o decrescimento da participação da indústria no produto, enquanto observa-se a alta do setor terciário (principalmente a elevação de pujantes subsectores ligados à ciência, conhecimento, informação e tecnologia). No mesmo sentido, será analisada a crescente participação na estrutura sociopolítica da nova classe trabalhadora ligada a estes mesmos subsectores. Tais fatores abrem espaço para que no terceiro capítulo sejam descritas as teorias da Economia Criativa e das Indústrias Culturais, para que assim sejam analisados os trabalhadores criativos ou mesmo a classe criativa, que em muito se diferenciam dos trabalhadores das indústrias tradicionais e do ramo de serviços habituais. Enquanto os últimos são remunerados a fim de executarem trabalhos prescritos, a classe criativa com uma autossuficiência intelectual é remunerada para gerar novidades ou resolver problemas complexos.

Esta heterodoxia do perfil social do trabalho vai além do número de horas trabalhadas, na flexibilidade do local do emprego, da remuneração superior dos trabalhadores criativos ou nos questionamentos do que se pode esperar do futuro da classe trabalhista, mas é enfocada na inflexão do feitio e das características desta parcela que forma uma nova sociedade trabalhadora.

Porém é necessário antes superar entraves que vão além do metodológico (dadas às contradições dos estudos, levantamentos e investigações extraoficiais e oficiais até hoje realizados) como a questão de uma pesquisa em relação à produção cultural na economia, especialmente pela elevada dificuldade em explicitar o que propriamente é cultura até mesmo para os ramos filosófico e sociológico. Este trabalho visa mostrar que as heterogeneidades socioeconômicas, permitindo que alguns sejam líderes e outros guiados na guerra pela inovação, não se aplica plenamente nas indústrias culturais, onde discrepâncias e disparidades são superadas pelas demandas também diferenciadas por produtos de apreciação abstrata.

Tão quão importante barreira, é a busca por dar diafaneidade ao ideal de que há uma terceira grande revolução econômica contemporânea, baseada na intelectualidade. Há necessidade de discernir a Economia Criativa da questão puramente inovativa, contradizendo as tentativas de analogia à Revolução Industrial – período até hoje conhecido como de maiores inovações impostas à cadeia produtiva. As teorias amplamente criticadas de uma progressiva,

porém vagarosa migração para a sociedade pós-industrial – a qual é chave para o processo de teorização da Economia Criativa – instiga o estudo das transformações político-sociais que desencadeiam esta possível perda de protagonismo da indústria e eventual período onde o setor terciário capitaneado pelo capital intelectual passa a ser a força motriz da atividade econômica.

Assim sendo, serão analisados os pontos de consenso entre as múltiplas teorias sobre a Economia Criativa e as Indústrias Culturais, suas origens e embasamentos na sociedade pós-industrial, visando rebater críticas tecidas a fim de refutar a possibilidade da existência de uma era criativa na Economia. Por fim, no quarto capítulo será descrita a realidade da Economia Criativa aplicada ao Estado brasileiro, com números e índices que melhor descrevem seu crescimento ininterrupto ao longo dos primórdios do século XXI e suas perspectivas até o ano de 2020.

O que são as Indústrias Criativas e a Economia da Cultura? Quem são os trabalhadores criativos? Até o presente momento suas definições são imprecisas e longe de consonância ou harmonia, o que por consequência estende-se ao Brasil onde há cerca de meia década passou a ser valorizado este fragmento do estudo da atividade econômica.

Destarte, é estimulante e provocador o desafio de buscar uma concórdia para explanação nítida do que são estes dois ramos através dos estudos oficiais e extraoficiais ao longo da história, analisando seu embasamento nas teorias da sociedade pós-industrial e traduzindo-o a realidade da atividade econômica.

2 SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

Este capítulo visa introduzir a conceituação de sociedade pós-industrial, pressuposto para elaboração e para compreensão da teoria da Economia Criativa. O conceito de sociedade pós-industrial foi apresentado por Daniel Bell – Professor emérito da Universidade de Harvard, em seu livro: **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**, publicado no ano de 1973. A obra é baseada nas observações do processo de evolução sociocultural ocorrido em uma economia que passou por mudanças expressivas após o fenômeno da industrialização.

Bell foi escolhido para desencadear este trabalho por ser fundamental para a compreensão da sociedade pós-industrial. A magnitude desta teoria será desmembrada ao longo do capítulo, apresentando suas críticas e seu desdobramento na visão de outros autores. O pensamento de Bell apresentado ao longo de outras obras de sua paternidade¹, especifica o surgimento de uma nova classe trabalhadora iniciada nos países desenvolvidos e que se alastra naqueles que entram no ciclo de desenvolvimento, concomitantemente à ascensão do setor de serviços como mola propulsora das economias, ser a matriz ideológica e a base de teorização de pensadores que posteriormente desenvolveram o conceito de Economia Criativa. Logo, no presente capítulo, além das definições, embasamentos e críticas do conceito de sociedade pós-industrial, será analisado o poder da informação na Economia atual, passando brevemente pelo conceito filosófico do pós-modernismo. Por fim será analisado, na segunda seção, o esfacelamento sindical e a ascensão do trabalho meritocrático, diante do novo papel da classe trabalhadora na sociedade e na atividade econômico-produtiva.

2.1 DEFINIÇÕES DE SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

Daniel Bell (1977) começa seu trabalho afirmando que o ensaio procura fazer uma previsão social, diferindo este intuito da tentativa de predizer o futuro. Segundo o autor, predições lidam com acontecimentos, exemplificando seu argumento inicial com pleitos eleitorais, um possível novo invento, dentre outros, onde ainda que possíveis de predizer podem não se formalizar já que dependem de decisões, muitas vezes coletivas – estas a cargo do que

¹ Destacam-se os eleitos pelo New York Times como dois dos 100 livros mais influentes desde a Segunda Guerra Mundial: *O Fim das Ideologias* (1960) e *As Contradições Culturais do Capitalismo* (1976), dois dos cem livros mais relevantes após a Segunda Guerra Mundial.

BELL, Daniel. **The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties**. Free Press, 1960.
Bell, Daniel. **The Cultural Contradictions of Capitalism**. Nova York. Basic Books, 1976.

Bell (1977) chama de intersecção de vetores sociais, os interesses e forças econômicas e políticas.

A previsão, por sua vez, baseia-se em tendências, dada a direção e a trajetória observada, reconhecendo o elevado grau de intervenção daqueles que detém o poder, já que nas palavras do autor estes podem mudar o rumo da história de uma nação. A única certeza destas previsões para Bell (1977) são as variáveis sociológicas, as quais caracteriza como independentes e exógenas, por afetar o comportamento econômico e político.

Embora seja possível, até certo ponto, determinar individualmente a força de cada um desses vetores, seria necessária uma “física social” para prever com exatidão os pontos de convergência onde as decisões e as forças se combinam, não só para constituir o acontecimento como também, o que é mais importante, para constituir os seus resultados. A predição, só conseguinte (e a Kremlinologia representa um excelente exemplo) é em grande parte uma função do conhecimento íntimo e pormenorizado, e de um julgamento decorrente de um prolongado envolvimento na situação. (BELL, 1977, p. 16).

Enquanto previsões econômicas podem basear-se em rendimentos, variáveis macroeconômicas, séries temporais de preços, etc., a previsão política é a mais flutuante e incalculável. Esta depende dos conflitos e embates ideológicos, assim como da estabilidade do sistema político vigente. Logo, sua tradução em previsões sociais submete-se a tendências passíveis de serem rompidas, observando pontos centrais nos fatos históricos e nas estruturas sociais que alavancam as metamorfoses previstas. Este quadro volúvel de interação das transformações econômicas com o processo político leva às mudanças sociais, a novos valores e a mudanças nos processos. Para Bell (1977):

A política rege a distribuição do poder e resolve os conflitos decorrentes das reivindicações e exigências dos indivíduos e dos grupos. A cultura constitui o domínio do simbolismo expressivo e dos significados. Esta divisão da sociedade é proveitosa, por que cada um desses aspectos é governado por um princípio axial diferente. [...] O princípio axial da política moderna é a participação, por vezes mobilizado ou controlado, por vezes exigido de baixo para cima. O princípio axial da cultura é o desejo de realização de aprimoramento do eu. No passado, estas áreas encontravam-se ligadas por um sistema comum de valores (e na sociedade burguesa, através de uma estrutura comum de caráter). Em nossa época, porém, tem havido uma crescente disjunção. (BELL, 1977, p. 26).

Bell (1977) cita como principal exemplo da tentativa de controle social e prefiguração da sociedade, a utilização de teorias econômicas rigorosas e a amplitude da matemática no planejamento econômico, bem como critica teorias excessivamente liberalistas no aspecto econômico mas de alto uso do poder do Estado para que assim se aplique, como o equilíbrio de Walras e teorias decorrentes desta. Tudo isto é possível pelos vastos dados quantitativos que

são aplicados a estas teorias, veja-se como exemplar a formulação de política econômica, de natureza inexata, imprecisa, matematizada e atrelada a uma teoria.

O excesso de generalização foi de imediato reconhecido pelo autor, ainda na introdução de sua obra. Esta sociedade caracteriza-se por uma relação próxima entre ciência, tecnologia e economia, pela queda do domínio da elite econômica devido ao surgimento de uma nova elite de cientistas e tecnocratas já que a predominância da produção de manufaturas na economia é substituída por uma de serviços, valorizando os trabalhadores conhecidos no país de origem do autor como os de "colarinho branco" na força de trabalho.

Inicialmente, é necessário analisar as etapas antecedentes ao que se considera como sociedade pós-industrial. Para Bell (1977), a sociedade pré-industrial seria basicamente agrária, extrativa, de atividades como agricultura, mineração, pesca, etc., onde o poderio político tem um elo intrínseco com a propriedade da terra, o que ocorreu no período que antecede à Revolução Industrial. O trabalho é predominantemente bruto, utilizando a força física, conseqüentemente, de produtividade baixa, em um período de população massiva, onde os serviços caracterizam-se por serem domésticos e não uma extensão da atividade industrial.

A existência representa antes de tudo um jogo contra a natureza. Trabalha-se com a força bruta dos músculos, à moda dos antepassados, e o sentido que cada qual tem do mundo é condicionado pela dependência dos elementos: estações do ano, natureza do solo, contingências. [...] A unidade da vida social é uma extensão da vida doméstica. A prosperidade consiste em alimentar as bocas suplementares sempre que necessário – como quase sempre acontece. [...] As sociedades pré-industriais são do tipo agrário e estruturadas segundo moldes tradicionais de rotina e autoridade. (BELL, 1977, p. 146).

Já a sociedade industrial diferencia-se pela produção de bens em massa e pariformes, enquanto o poder segue ligado ao capital, desta vez em diferentes formas. A natureza e o ritmo do trabalho se transformam, este passa a ser ditado de forma mecânica, pontual, segundo Bell (1977), cronológico e uniformemente dividido. Tal fato quando somado com a ascensão da burocracia e a hierarquia na firma tirou o protagonismo do trabalhador, a força física foi substituída pela energia; procura-se fazer mais em menos tempo, valorizando o capital.

As capacitações subdividiram-se em componentes mais simples, e o artesão do passado foi substituído por duas novas figuras: a do engenheiro, responsável pelo planejamento e pelo fluxo de trabalho, e a do operário semi-especializado, o elo humano entre as máquinas – até o momento em que a engenhosidade técnica do engenheiro crie uma nova máquina, que o virá substituir também. [...] Trata-se de um universo organizado – hierárquica e burocraticamente – no qual os homens são tratados como “coisas”, porque as coisas são coordenadas mais facilmente que os homens. (BELL, 1977, p. 149).

As relações sociais da era industrial ocorrem no entorno da firma e o capitalista frente aos operários. Todo o processo de institucionalização do capital, de formação de poupança e promoção do investimento, dá-se através da garantia do Estado e com um papel secundário do proletariado. Contrariamente, a sociedade pós-industrial, baseia-se no setor terciário e vê uma ininterrupta ascensão do poder daqueles que geram conhecimento, por consequência valorizando o trabalhador. Para Trigo (2003):

Neste fim de século, os indicadores econômicos apontam que, nos países desenvolvidos e em grande parte dos países em desenvolvimento, a maior parte da população economicamente ativa está no setor terciário, e que a maior parte do produto interno bruto (PIB) desses países ou regiões provém igualmente do setor de serviços. Isso não quer dizer que o setor secundário (indústria) tenha se tornado insignificante. Apenas aponta na direção de que, no fim do século XX, a economia internacional está, em sua maior parte, assentada no vasto e complexo setor terciário, que abrange comércio, finanças, transportes, saúde, educação, publicidade e propaganda, administração pública e privada, comunicações, artes e cultura, lazer e turismo, etc. (TRIGO, 2003, p. 12).

Nem a força física da sociedade pré-industrial, tampouco a energia da sociedade industrial, o que guia a atividade produtiva é a informação. O personagem principal desta economia é o profissional capacitado, a hierarquia profissional depende do nível educacional.

A informação torna-se uma mercadoria extremamente valiosa. Para atingir esse objetivo, educadores e pesquisadores já não trabalham com a finalidade de preparar pessoas aptas a elaborar conceitos e noções de “verdades”, mas, sim, a adquirir competência ou eficiência. As mudanças epistemológicas provocadas pela pós-modernidade levaram à formação de profissionais e pesquisadores eficientes para um objetivo claro: assegurar o bom desempenho da dinâmica institucional, seja na administração privada, pública, nacional ou multinacional. [...] O conhecimento deixa de ser um fundamento comum ou uma “ciência primeira”, como era, por exemplo, para Aristóteles, para se tornar algo intrinsecamente ligado à eficiência do mundo atual. (TRIGO, 2003, p. 51).

Semelhantemente à questão educacional, a união entre ciência tecnológica e economia, lembrada pelos termos “pesquisa e desenvolvimento”, mais tarde chamado de setor de P&D, exerce dominância crescente no setor secundário e dita sua direção, o que novamente coloca o profissional capacitado no centro da atividade produtiva. Não por acaso o progresso econômico depende cada vez mais do trabalho teórico que, para Bell (1977), aponta o caminho para que haja confirmação empírica, fator semelhantemente compreendido por Suzigan (2008)²:

² Professor Colaborador do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp.

[...] As mudanças configuram novas formas de organização industrial, tanto da produção como das atividades de pesquisa e desenvolvimento. Elas afetam várias indústrias e têm impactos sobre um amplo e diversificado conjunto de países e regiões, inclusive países em desenvolvimento. [...] A racionalidade desse procedimento tem a ver com a busca por novos conhecimentos científicos, reconhecendo a emergência em vários países de sistemas nacionais de inovação com capacidade de gerar conhecimentos e capacitações estratégicos para a inovação, e a busca por competências locais em áreas de conhecimento e tecnologias específicas. A lógica econômica é a de que as economias de escala das atividades de P&D centralizadas são superadas por economias locais de integração e aglomeração. (SUZIGAN, 2008, p. 358).

Tais afirmações somente são válidas quando observadas nações industrializadas, que em geral democratizaram o acesso ao ensino, universalizaram-no, permitindo o que cita o Bell (1977), de fundamento rival da capacidade técnica com a propriedade. A ideia de sociedade pós-industrial não se baseia no conceito de um sistema, o autor lembra que as sociedades não são orgânicas, não se vê o fim de uma era enquanto se descreve os princípios de outra, não se analisa cada sociedade de maneira única. Em verdade, há uma transformação constante, mutação inegável e endógena em sua estrutura.

Na sociedade contemporânea o antagonismo entre capitalistas e proletariado se dilui e migra para o que Bell (1977) chama de detentores do poder de decisão e não-detentores de tal poder. Como em quaisquer análises sociais, é fundamental observar a estratificação presente na era pós-industrial:

Assim, no sistema de estratificação, que os sociólogos consideram básico para qualquer sociedade, o fundamento histórico do poder tem sido a propriedade privada e os meios de acesso à mesma através de heranças. Não obstante, embora a propriedade permaneça como fundamento importante, a capacidade técnica vai-se constituindo em outro fundamento por vezes rival, tendo a instrução como meio de acesso à obtenção dessa capacidade. [...] (BELL, 1977, p. 137).

A dominância na sociedade pós-industrial migra do capital para o conhecimento e a informação. Lyotard (1979), francês e um dos mais importantes filósofos a refletir sobre a pós-modernidade, conceito sociológico que busca discutir o capitalismo após a queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética, explicitou que o saber torna-se uma mercadoria da era pós-moderna.

Diante do colapso das ideologias políticas e socioeconômicas com o fim da Guerra Fria, conhecimento e informação passaram a ser demandados, “produzidos” e ofertados, os quais são indispensáveis à capacidade produtiva e fundamentais na competição mundial pelo poder. A ciência é potencializada e estimuladora da atividade econômica, o que para Lyotard (1979), faz com que a mesma tenha seu valor de uso sobressaído pelo seu valor de troca. Logo o filósofo

francês alerta para o potencial de o domínio da informação e do conhecimento tornarem-se a mais nova fonte de injustiças e disparidades, pelo modo que têm sido armazenado e distribuído.

Na mesma linha de Lyotard (1979), Masuda (1982), intelectual japonês, escritor de diversas obras sobre o entrelace entre informação e economia, apontou o que considerava serem as diretrizes de uma sociedade que tenderia a desenvolver-se em função da produção de valores informacionais. Diferentemente da agricultura e da indústria, que se desenvolveram produzindo bens materiais, as décadas posteriores à obra **A sociedade da informação** teriam a informação como centro das necessidades econômicas, superando os valores dos bens, da energia e dos serviços.

Masuda (1982) aprofunda seu pensamento descrevendo os três estágios em que esta mudança ocorreria. Primordialmente, apareceriam na atividade produtiva indústrias da informação; estas se tornariam líderes e sua relevância para a Economia as denominariam como um novo setor – o quaternário. O destaque para este ramo da atividade deve-se ao que previa o autor ser uma tendência do desenvolvimento muito superior ao do setor de serviços na sociedade pós-industrial. Profissionais da pesquisa, técnicos em estudos prospectivos, escritores e romancistas, pesquisadores de opinião, especialistas em *software*, dentre outros, foram exemplos citados pelo autor de profissionais do setor quaternário.

Após a consolidação das indústrias da informação, vivenciar-se-ia a informatização da indústria, onde se produziria equipamentos com características de “bens de capital” da informação. Para Masuda (1982) este fenômeno é reflexo da massificação da microeletrônica em seu país. Em sua tentativa de previsão social foi correto ao citar o uso extensivo de equipamentos informativos na medicina, na educação, no trânsito, etc., todos verificados no fim do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

A última etapa da sociedade informativa de Masuda (1982) seria o desenvolvimento de sistemas industriais, complexo industrial interconectado, proposto pelo autor como uma mudança qualitativa na estrutura do setor secundário. Cita a indústria da saúde para ilustrar o pensamento, novamente acertando ao prever as características desta, aludindo à tendência crescente da medicina preventiva.

De acordo com Bertero (2006), outra característica importante deste período contemporâneo, e que por ventura serve como maior fonte às críticas empenhadas à teoria da sociedade pós-industrial, é o debate quanto à existência de um declínio das atividades industriais ou se o mundo vivencia apenas queda de sua participação no produto total. O autor critica Bell (1977) por desconsiderar este fenômeno, que impacta diretamente no operariado, reduz sua participação no nível de trabalho na Economia e os desestabiliza na estrutura social.

Todavia, Bell (1977) destaca a queda da produção industrial (sem citar propriamente um fenômeno de desindustrialização), para caracterizar a majoração dos serviços, principalmente a escalada na participação e a pujança de subsetores ligado ao conhecimento e à tecnologia, com profissionais remunerados não pela execução do trabalho, mas pela sua contribuição intelectual, sendo este (intelecto) o insumo maior na atividade que desempenha.

Bell (1977) reconhece o fato de que a produtividade no setor de serviços cresce em menor proporção que a produtividade industrial. O autor descreve o fenômeno pela facilidade de substituição de homens por máquinas na atividade industrial quando comparada semelhante substituição na execução de serviços. Este dilema, para o sociólogo, avança para o fato que a produtividade é considerada por ele como fonte da expansão do bolo social. Concomitantemente, se observada a economia pública, com o desenvolver da atividade produtiva cresce também os investimentos em educação, hospitais, policiamento, dentre outros serviços sociais, chamados de setores não progressivos da Economia, pois:

Como salientei anteriormente, uma sociedade pós-industrial tem um caráter comunitário cada vez mais pronunciado, e nela os mecanismos públicos, e não o mercado, encarregam-se da distribuição de bens, e as opções públicas, e não as exigências individuais, passam a árbitros dos serviços. [...] A exigência de melhores níveis de educação e saúde amplia forçosa e sensivelmente o papel do governo na criação e estabelecimento de padrões. A necessidade de amenizar a existência, de melhorar sua qualidade traz o governo para o campo do meio ambiente, do lazer e da cultura. (BELL, 1977, p. 184).

Logo, é inegável o fato de que esta evolução do setor terciário e seu domínio na atividade econômica são historicamente relacionados com o próprio ramo industrial. Segundo Bell (1977), o termo serviços compreende diferentes estágios e é o elo da passagem da sociedade industrial para a de tipo pós-industrial. Com a expansão da indústria e seu desenvolvimento, houve o que denominou o autor de “[...] uma expansão necessária dos transportes e das utilidades públicas, tidos como serviços auxiliares para a movimentação dos bens, e o crescente uso da energia, assim como um aumento da força de trabalho não-manufatureira, mas ainda operária.”. (BELL, 2007, p. 148).

Há também quem refute completamente o conceito de sociedade pós-industrial, Brzezinski (1982)³ afirmou em **Between Two Ages: America's Role in the Technetronic Era**, que o termo sociedade pós-industrial era vazio de conteúdo. Propôs substituir a nomeação do fenômeno social coetâneo por “sociedade tecnocrônica”, dadas as novas tecnologias de

³ Cientista político polonês naturalizado estadunidense, Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos durante o governo Jimmy Carter e Professor da Johns Hopkins University.

comunicação eletrônica que inauguravam uma nova era. Em toda obra divergiu pontualmente de Bell (1977), descrevendo episódios semelhantes para estruturar sua teoria.

Trigo (2003), em **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**, buscou denegar as teorias que tentam opor-se à teoria da era pós-industrial, principalmente as mais ortodoxas e inflexíveis. Toma como pressuposto o próprio caráter orgânico de uma teoria, como são os períodos sociais. Nenhuma teoria pode ter a pretensão de explicar a realidade, esta é uma “fotografia” capaz de retratar um momento decorrente de múltiplos fatores. O autor critica os que tentam compreender os fenômenos socioeconômicos restritos no embasamento de pensadores clássicos:

Todos os grandes organizadores do pensamento, como Descartes, Hume, Kant, Hegel, Marx ou Sartre, propunham modelos ou discursos para interpretar a realidade. Esses discursos tentavam abranger a totalidade do universo conhecido, dos problemas sociais e científicos em geral, por isso, Lyotard denomina-os “metadiscursos”. Uma das características da pós-modernidade é justamente a de questionar esses metadiscursos, porque eles, na tentativa de abarcar o todo, acabariam se tornando dogmáticos, fechados e excludentes. Essa tentativa de dar conta da totalidade da sociedade e do indivíduo como sistemas de pensamento pretensamente absolutos e “perfeitos” é justamente o que os torna inválidos, pois, à medida que o conhecimento evolui e algumas áreas desses sistemas de pensamento vão se tornando obsoletas, incompletas ou simplesmente falsas, é preciso manter a abertura conceitual e metodológica para que os discursos não se desacoplem da realidade e se tornem invólucros vazios sem significado histórico e social. São principalmente os marxistas ortodoxos, os positivistas e os fundamentalistas religiosos que mais se preocupam ao ouvir dizer que já não existe um modelo único válido para interpretar a realidade, [...] (TRIGO, 2003, p. 45).

Ainda na mesma obra, Trigo (2003) observa as economias pós-industriais, ou como por vezes as intitula baseado no conceito filosófico do mesmo período estudado, sociedades pós-modernas, além da predominância do setor terciário, os parques industriais destas economias são mecanizados, “robotizados”. Ao auferirem este patamar na atividade produtiva, os países então se direcionam à pesquisa em ramos como das telecomunicações e processamento de informações.

Mas não somente na nova economia baseada no setor terciário, consequentemente na expansão da classe técnica e intelectual e na força de trabalho é que se baseia a análise desta mudança social. Ressalta-se para efeitos de registro e convicção que a sociedade pós-industrial está em torno do conhecimento, da cultura, é inovativa e transforma as relações sociais devido a sua nova direção política. Obviamente, o conhecimento sempre foi peça fundamental em qualquer sociedade, o que diferencia este de outros períodos é a característica deste

conhecimento, contemporaneamente teórico, após o apogeu do conhecimento ligado à tecnologia industrial.

Na sociedade industrial, riqueza era pressuposto de conhecimento e tecnologia; na sociedade pós-industrial, ambos são os pressupostos para geração de riqueza. A era pós-moderna filosófica é para Trigo (2003) um reflexo da era pós-industrial e vice-versa. Ambas diferenciam-se pelos pressupostos de análise, onde a primeira o pós-modernismo é abrangente, reflexivo, enquanto a sociedade pós industrial é puramente econômico. O autor explica melhor este período:

No nível econômico, a sociedade atual recebe o nome de pós-industrial, ao passo que, nos níveis culturais e filosóficos, essas sociedades são denominadas pós-modernas. Ao serem submetidas a análises baseadas na reflexão, na comparação crítica e analítica entre sistemas políticos e sociológicos, tais sociedades submetem-se a um crivo orientado pelo discurso filosófico. Essa metodologia, aplicada principalmente por Lyotard e outros filósofos, preocupa-se com a articulação e a expressão da cultura e do pensamento nas sociedades atuais. A cultura foi profundamente influenciada, na medida em que, por sua vez, a literatura, as artes e a ciência foram transformadas pelas novas tecnologias, aplicadas à produção industrial e aos setores de serviços como administração, lazer e turismo em geral. (TRIGO, 2003, p. 44).

A ascensão do conhecimento remonta ao pensamento de Herbert Gintis⁴. Bell (1977) destaca o pensamento de Gintis quanto ao que considera emergir no capitalismo uma nova classe social, operária, que exerce um trabalho racionalizado. Sua inspiração foi a crescente relação entre capital humano e o capital físico para desenvolvimento da economia norte-americana durante três décadas após a crise de 1929. Esta premissa permite avaliar as novas configurações do perfil social do trabalho.

2.2 O ESFACELAMENTO SINDICAL E A ASCENSÃO DO TRABALHO MERITOCRÁTICO

Dando sequência a sua previsão social, Daniel Bell (1977) busca discutir um aspecto que considera pouco debatido na sociedade contemporânea: as décadas seguintes a sua escrita seriam de alterações espetaculares na estrutura do trabalho. Estas viriam das novas exigências de controle no papel decisório no interior das corporações. O trabalho tenderia a ter um maior

⁴ Citado por Daniel Bell como um economista radical, americano, educador e escritor, Herbert Gintis tornou-se renomado intelectual por suas contribuições à sociologia educacional e suas teorias do capital humano e do comportamento social.

quadro de jovens, que passariam a dar menor importância à remuneração salarial – esta auferida por lutas passadas, como dos sindicatos operários – havendo um maior interesse pelo social.

A conhecida classe operária clássica da sociedade industrial tem perdido força e capacidade de argumentação, com o apequenamento dos sindicatos. Na passagem para a sociedade pós-industrial, observa-se um aumento do volume de trabalho assalariado e conseqüentemente uma elevação no próprio salário pago (ainda que de moroso acréscimo). Tais controvérsia e incongruência só são respondidas pelo fato de que estes que passam a ganhar relevância na sociedade trabalhista, com incremento no nível salário, são trabalhadores criativos, como professores, engenheiros, advogados, entre outros.

O início da industrialização criou um novo fenômeno, o trabalhador semiqualficado, que seria treinado dentro de umas poucas semanas para executar as operações de simples rotina exigidas pelo trabalho com as máquinas. Nas sociedades industriais, o trabalhador semiqualficado vem construindo a categoria mais numerosa da força de trabalho. A expansão da economia de serviços, dando destaque ao trabalho em escritórios, à educação e ao governo, procurou naturalmente uma mudança de tendências, que se voltaram para o funcionalismo. (BELL, 1977, p. 29).

Destarte, julgamentos surgiram ao longo do tempo. De um lado, observadores procuram demonstrar que o setor secundário ainda é a mola propulsora da economia, de outro, marxistas dispõem-se a enumerar casos onde diversas atividades no setor de serviços não necessitam de desempenho do intelecto de quem o executa. Bertero (2006) expôs sua crítica em relação às novas configurações do trabalho. Para este, os sindicatos não estão livres das mudanças citadas.

O autor observou o decréscimo do sindicalismo operário enquanto ascendia a de outros grupos assalariados, exemplificados como dos empregados de escritório e dos funcionários públicos. Em um dos poucos pontos de sua crítica a sociedade pós-industrial de Bell onde concorda com o autor, Bertero (2006) cita este fenômeno como sindicalização das classes médias, uma das primeiras características da sociedade pós-industrial.

Este quadro de “puro ganho de força” deste novo elo da sociedade trabalhista foi colocado em dúvida, especificamente pelas transformações na estrutura setorial empregatícia e com o advento do lento decréscimo da concentração de renda. Em primeiro lugar, cita-se o aumento de contratos de tempo-parcial em economias desenvolvidas, enquanto nos países em vias de desenvolvimento observa-se crescimento da terceirização dos serviços, qualificando-se em ambos os casos como lentíssimo crescimento do salário real.

O movimento em direção à desverticalização e terceirização parece ser um fato de dimensões internacionais. Porém, deve-se entender claramente que tal movimento constitui apenas em um dos aspectos mais relevantes quando se analisa o conjunto de medidas adotadas pelas principais (grandes) empresas transnacionais, no sentido de lhes conferir maior poder de competitividade no mercado internacional. Além de buscarem novas tecnologias de produtos e de processos, assim como novas formas de organização e gestão do trabalho e da produção, as empresas em geral, principalmente aquelas que atuam nos setores mais modernos e dinâmicos da economia mundial, estão, decididamente, procurando implantar e desenvolver novos padrões de relações com seus fornecedores (externos ou internos), que se refletem nas práticas de subcontratação, parcerias etc. (AMATO NETO, 1995, p. 37).

Assim, na literatura que visou contradizer a vivência de uma sociedade pós-industrial, buscou-se elucidar a perda da participação do emprego industrial e a escalada do emprego no setor de serviços, procurando antes de tudo discernir entre a recomposição dos serviços dedicados à estrutura industrial e os serviços desempenhados pela nova classe trabalhadora. Mattos (2005) atesta que muitas das atividades hoje relativas ao setor terciário eram antes realizadas no âmbito da empresa industrial, havendo assim diversidade de casos onde o antes trabalhador industrial desempenhava sua função dentro de uma empresa manufatureira, hoje a faz em um escritório ou mesmo em sua residência.

Isso também é revelado pela composição do emprego no setor de serviços; aqueles ligados à produção, mais característicos do apogeu da indústria, exercido pelas empresas, relacionam-se ao seu funcionamento, como atividades administrativas, bancárias, comercial, bem como de subsetores aqui alocados como qualitativamente criativos, como os ramos da contabilidade e das funções jurídicas (hoje expandidos para a concepção, *design*, *marketing* – os quais apresentam significativo crescimento, principalmente nas pequenas e microempresas).

[...] o aumento do emprego nas atividades terciárias resulta, na verdade, de profundas mudanças que tem ocorrido nas organizações industriais. Dessa forma, o aumento do emprego no setor terciário não seria resultado do aumento da demanda final por serviços, mas notadamente uma expansão de serviços criados pelas novas necessidades das atividades industriais [...]. (MATTOS, 2005, p. 17).

Ainda assim, estes se diferenciam amplamente dos trabalhadores criativos se não estiverem exercendo operações onde sua inteligência é a maior contribuição para o ofício.

Muitas profissões ou ocupações, embora claramente definidas como integrantes de atividades do setor de serviços, somente existem como consequência do desenvolvimento de novas atividades industriais ou do avanço tecnológico em atividades industriais já existentes. Assim, por exemplo, a profissão de *webmaster* [...] essa atividade somente existe por conta do desenvolvimento de atividades industriais no âmbito da chamada “nova economia”. (MATTOS, 2005, p. 12).

Bell (1977) recorre a sociólogos alemães como Emil Lederes e Jacobs Marschak, bem como ao marxista francês Serge Mallet⁵ para embasar o fenômeno da nova classe trabalhadora. Mallet nos primórdios da década de 1960 publicou ensaio intitulado – **A nova classe operária**, analisando o contexto da divisão social do trabalho francesa através das transformações no processo do trabalho e no processo de produção. Elucida a progressiva separação da atividade produtiva do indivíduo como uma tendência de transformação na classe operária, onde engenheiros e técnicos substituem progressivamente a antiga classe operária. Segundo Mallet (1975), este fenômeno leva a uma modificação no próprio antagonismo das classes capitalista e proletária, onde esta última é agora dotada de potencial liderança revolucionária e de relevância maior que o número de seus membros.

O primeiro aspecto observado por Mallet (1975) foram os salários elevados deste segmento descrito como classe operária altamente especializada. É importante ressaltar que, para o autor, a elevada remuneração destes não os qualifica como “aristocratas” da divisão social do trabalho, mas devem ser compreendidos como modelo para a sociedade. Ainda em **A nova classe operária**, o autor descreve a redução do papel de gerentes e supervisores, onde estes não mais dizem ao trabalhador o que fazer, este agora é técnico e define seu trabalho.

Victor Fuchs, economista reconhecido pelo seu trabalho na área de economia da saúde, publicou em 1968 seu livro **The Service Economy**, onde constatou o que chamou de tendência secular de aumento da participação dos serviços na economia norte-americana. Contemporaneamente a sua escrita, cita o autor que este setor era conhecido como “residual” na atividade econômica, dada sua pouca relevância no movimento da transição da sociedade agrícola para a sociedade industrial. Para Fuchs (1968) a escalada do terceiro setor ocorre após o fim da Segunda Guerra, padrão seguido pelas nações industrializadas, principalmente pela ascendência nas áreas chamadas pelo autor de auxiliares à produção da indústria, como transportes, distribuição, etc.

André Gorz⁶ (2010) expandiu esta observação e propôs mudanças no pleito por melhorias por parte dos trabalhadores. Para o mesmo, a luta sindical migra da busca por maiores salários para melhorias “qualitativas” no trabalho. Esta se deve ao aumento, segundo o autor, de engenheiros, estudantes, pesquisadores e técnicos na atividade econômica. Em uma releitura dos **Grundrisse** – Karl Marx, Gorz publicou **L’Immatériel**, buscando no conceito de ‘intelecto geral’ do filósofo alemão, a importância do saber coletivo da humanidade para a produção de valor na sociedade pós-industrial.

⁵ Jornalista e sociólogo fundador do Parti Socialiste Unifié (Partido Socialista Unificado).

⁶ Jornalista, filósofo e sociólogo marxista austríaco radicado na França.

A interação entre o homem e a máquina da sociedade industrial é substituída por relações interpessoais na sociedade dominada pelo setor terciário. Bell (1977) rememora que tais relações foram inicialmente reconhecidas por Charles Wright Mills, famoso pelo seu pensamento referente à classe média e a nova classe trabalhista dos conhecidos como trabalhadores de ‘colarinho branco’, onde os empregados de escritório estão em um “mercado de personalidades”, neste, vendem-se, buscando progresso baseado na personalidade que transmite aos seus iguais.

Após a Segunda Guerra, significativas melhorias nas condições sociais oriundas do Estado de Bem-Estar Social nos países desenvolvidos desencadearam um crescente volume de empregos nas áreas de educação, saúde e telecomunicações, bem como nos serviços públicos. Nestes serviços sociais, educação e em parte o ramo da saúde, destacam-se como subsetores da atividade terciária com empenho da inteligência como fator principal para a ocupação. O mesmo via Masuda (1982):

O grupo das “indústrias do conhecimento” talvez se desenvolva depois que as indústrias da informação já tenham passado a existir. O seu núcleo compreenderá a indústria da educação e a indústria de pesquisa e desenvolvimento, constituirão os pilares da sociedade da informação. A razão disso está em que, na sociedade da informação, os valores humanos vão mudar. Os valores materiais serão substituídos por valores temporais, atribuindo-se maior importância ao desenvolvimento de novas habilidades e à melhoria da vida humana. As indústrias de pesquisa e desenvolvimento vão se expandir muito, em função da necessidade de solucionar os problemas de recursos e energia ou da necessidade de melhorar o bem-estar humano através de sistemas sociais integrados. (MASUDA, 1982, p. 114).

Bağdigen (2004) lembra que esta escalada dos serviços públicos foi primordialmente observada por Adolph Heinrich Gotthelf Wagner, célebre economista alemão, ainda no fim do século XIX. Sua “Lei de Dispendios Crescentes”, ou ainda, “Lei de Wagner”, data da década de 1880 e teve pouca repercussão no campo teórico da Economia devido a sua heterodoxia. Descolou-se do ideal de que os gastos públicos eram crescentes de acordo com a capacidade de tributação da sociedade, mas sim, deve-se esta aceleração a fatores considerados pelo autor como as mutações da estrutura econômica. Para o pensador alemão, aumenta com o grau de industrialização, baseando sua análise em tendências de crescimento das despesas públicas no produto nacional, para garantir aumento da renda *per capita*.

Depois de auferidas as necessidades para sobrevivência econômica, os trabalhadores da sociedade pós-industrial passam a buscar oportunidades de autoexpressão, no seu consumo não padronizado, de moldes e marcas que o atestem como parte de um segmento social dedicado a um culto; para atender a semelhante demanda, serviços pessoais relacionados a lazer e

entretenimento são também casos de prosperidade e propagação de sua participação na atividade econômica.

Como pilar para os conceitos das economias Criativa e Cultural, a teoria da sociedade pós-industrial toma como embasamento a eminência da ciência e da informação, consideradas por Bell (1977) como as "categorias centrais" da atualidade. O autor assinala em sua mais famosa obra que na medida em que conhecimento e tecnologia passam a ser recursos centrais da sociedade, estes são impreteríveis para as decisões políticas. Ciência e informação, principalmente esta última, são as bases de um novo poder.

Há também autores de destaque que defendem que as sociedades atuais estariam sendo caracterizadas pela ampliação da importância de postos de trabalho ocupados por trabalhadores que precisam para sua eficaz atuação, concentrar cada vez mais conhecimento técnico/científico e qualificação da mão-de-obra para atuar sob os novos paradigmas tecnológicos. (MATTOS, 2005, p. 06).

Destarte, a maior parte das novas ocupações ligadas ao setor de serviços é realizada por trabalhadores que exercem encargos com empenho de alta tecnologia, funções que demandam elevado nível de conhecimento, concomitantemente ou conseqüentemente, pelo crescente peso das comunicações e da tecnologia na própria atividade industrial.

Em síntese, a sociedade pós-industrial vive pela inovação em prol do desenvolvimento. Isso se configura como uma lenta e gradual transição de dominância de poder de transformação do empresário industrial para os "operários" detentores do conhecimento, sem deixar de reconhecer a persistente disparidade de poder político em favor dos capitalistas industriais, bem como dos detentores do capital financeiro que atualmente ditam as diretrizes política e econômica da sociedade. Tudo isso não é capaz de sobrepor-se a ascensão dos entes da classe da meritocracia.

3 A ECONOMIA CRIATIVA E AS INDÚSTRIAS CULTURAIS

Este capítulo introduzirá os conceitos de Economia Criativa e Indústrias Culturais. Primeiramente, através da análise dos estudos que remontam o histórico das abordagens de Economia Criativa junto à atividade econômica. Por fim será analisado, na segunda seção, como a cultura se insere no ramo econômico.

A revolução neolítica encerrou o deslocamento constante; o assentamento e o cultivo de alimentos puseram fim ao homem nômade e avançou durante mais de dez mil anos para o que hoje se conhece como o ramo da biotecnologia. Há dois séculos, o acúmulo de excedentes e a produção padronizada e massificada sorveram a maior parte da força de trabalho: o segundo setor passou a ser o grande motor da atividade econômica – define-se assim a Revolução Industrial.

O mundo passa no século XXI pela sua terceira grande revolução nos ramos econômico, social e político. Do encerrar do século XX até os dias atuais, conhece-se por Revolução Digital a nova era que permite uma informação atravessar continentes em fragmentos de minuto, onde se caracterizam especificidades pelo padrão tecnológico e a cultura transpõe limites geográficos (bem como fronteiras políticas). Valoriza-se hoje muito mais ‘onde é criado’ ao invés de ‘onde é produzido’; conhecimento e inovação são as diretrizes da nova economia e permitem gerar valor em maior intensidade.

Quase todas as atividades do homem requerem o processo cognitivo e a criatividade; nesse sentido, enceta-se um enfoque em tudo aquilo que para a atividade econômica tem-se intrínseco à produção a inteligência. Da mesma forma, quando a idiosincrasia cultural permite que sejam gerados bens e serviços valorizados pelo seu significado, se tem uma linha de produção dedicada à interpretação, onde determinado bem não tem utilidade prática, talvez também não seja consumido materialmente, mas sim uma simbologia ou um significado que são sua razão para serem demandados (indústria cultural).

Nesta primeira seção, será detalhado o modo como foi concebido o termo Economia Criativa e seu significado para a cadeia produtiva; passará pelo histórico que precede sua concepção com breves relatos de análises socioeconômicas contemporâneas as teorias de Bell (1977) e Masuda (1982), primeiramente elucidando o empenho de países como Austrália e os componentes do Reino Unido para edificarem instituições políticas voltadas para o aprimoramento teórico e um conjunto de incentivos político-econômicos às Indústrias Criativas. Já na segunda seção, a análise se dará com a descrição das Indústrias Culturais desde

a abordagem clássica até o mundo globalizado, com sua aplicabilidade no meio econômico e na atividade produtiva.

3.1 DEFINIÇÕES DE ECONOMIA CRIATIVA

Como interpretado na sociedade pós-industrial de Bell (1997), houve uma mutação da atividade produtiva no último quarto de século, soma-se a isso mudanças socioeconômicas significativas observadas – como o processo de globalização que cada vez mais integra continentes, principalmente a partir da década de 1990, o que levou países industrializados a mudar o foco da cadeia produtiva da indústria para as produções intensivas em conhecimento (estas principalmente localizadas no setor terciário). Para Santos-Duisenberg (2008):

A globalização é uma realidade que provocou profundas alterações na sociedade e mudanças no nosso comportamento. Graças aos rápidos avanços tecnológicos, a conectividade faz parte do estilo de vida atual e influencia as nossas atitudes e escolhas diárias. Essa transformação está dando uma nova forma ao padrão geral de consumo cultural em todo o mundo e à maneira como os produtos e serviços criativos e culturais são criados, produzidos, reproduzidos, distribuídos e comercializados em nível nacional e internacional. Nesse ambiente mutante, uma característica proeminente do século XXI é o crescente reconhecimento de que a criatividade e o talento humano, mais do que os fatores de produção tradicionais, como o trabalho e o capital, estão se tornando rapidamente um poderoso instrumento para fomentar ganhos de desenvolvimento. (SANTOS-DUISENBERG, 2008, p. 56).

A Austrália foi pioneira na cunhagem do termo ‘Economia Criativa’, todavia foi em estudo realizado no Reino Unido que associado a uma agenda político-econômica – posteriormente levando a criação do Ministério das Indústrias Criativas – que a importância desta denominação começou a tomar forma. O termo Indústrias Criativas surge de fato no ano de 1998 em levantamento do Ministério de Cultura, Mídia e Esportes britânico que procurou detectar as principais atividades econômicas que tinham como matéria-prima o engenho, após aferir a relevância destas na geração de emprego e renda, dado o potencial comercial da criatividade ao engendrar propriedade intelectual. Os efeitos do estudo levaram dezenas de nações a averiguar semelhante impacto do setor criativo em suas respectivas economias. Porém, ressalta-se que por carência de estudos, ainda não há uma definição padrão do que venha a ser a Economia Criativa, fazendo com que diversos estudos internacionais não possam ser propriamente relacionados.

E é exatamente da Austrália que vem o primeiro olhar mais atento da academia sobre o tema da economia criativa e das indústrias criativas. A Austrália, vale lembrar, pode ser considerada como uma espécie de *founding father* da temática das indústrias criativas pois foi o Governo Australiano que, em 1994, desenvolveu o conceito de *Creative Nation* como base de uma política cultural voltada para a requalificação do papel do Estado no desenvolvimento cultural do país, conceito que acabou rapidamente alcançando o Reino Unido e levou o *New Labour*, o assim chamado novo Partido Trabalhista inglês, no seu manifesto pré-eleitoral de 1997, a identificar as indústrias criativas como um setor particular da economia e a reconhecer a necessidade de políticas públicas específicas que potencializassem o seu expressivo ritmo de crescimento. (MIGUEZ, 2007, p. 05).

Assim definiram-se no primeiro estudo realizado as Indústrias Criativas como:

Os setores que têm sua origem na criatividade, na perícia e no talento individuais e que possuem um potencial para criação de riqueza e empregos através da geração e da exploração de propriedade intelectual. (*DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORTS, UNITED KINGDOM*, 1998 citado por FIRJAN, 2008, p. 07).

O caso mais conhecido da ambiguidade nos empenhos de análises sobre o setor criativo melhor se exemplifica na definição padrão criada nos Estados Unidos, onde as Indústrias Criativas são consideradas como o processo envolvendo a produção e distribuição de bens artísticos. Inegável equívoco, já que esta questão é parte da conclusão sobre Economia Cultural que detalhadamente será apresentada a seguir. Por enquanto limita-se resumidamente a exemplificar Economia Criativa em setores como Arquitetura, Artes Cênicas, Artes Visuais, Design, Editoração, Expressões Culturais, Filme e vídeo, Moda, Música, Publicidade, Software e computação, TV e rádio; todos estes têm como capitais primordiais a criatividade e o intelecto.

É nesse contexto que, no final do século XX, discutiu-se a importância das “indústrias criativas”, que representariam atividades econômicas que colocam a criatividade como um elemento essencial em seu processo produtivo. As atividades criativas não são, necessariamente, novas, mas adquiriram uma maior importância econômica e social com o surgimento da sociedade do conhecimento. São as indústrias da música, do audiovisual, do design, do software, da moda, da fotografia e de outros segmentos que lidam com conteúdos simbólicos. Esses segmentos se constituíram em um componente cada vez mais relevante, na economia contemporânea, por contribuírem para o desenvolvimento econômico e, também, como veículos de identidade cultural das nações. (LIMA, 2005, p. 105).

Segundo Wood Jr. (2009), outrora o sucesso de uma grande empresa decorria da produção em grande volume, padronizada, a fim de reduzir custos e elaborar bens similares; a contrapartida da demanda foi tão quanto considerável. Entretanto, para o autor, a inflexão neste padrão deu-se entre as décadas de 1930 e 1940, onde o êxito empresarial passou a ser a oportunidade de vender com maior lucro, para um mercado segmentado, dado que o consumo

por produtos e serviços diferenciados se expandiu. Deheinzelin (2008) revê este conceito tomando como embasamento o consumo por experiências e aproximando a demanda com a identificação do consumidor com o produto, considerando ter este já ultrapassada sua demanda básica. Um consumidor que visa participar de um segmento, cultivar uma marca.

Neste momento de transição, do tangível para o intangível, do concreto para o simbólico, também as relações de negócios se transformam. Temos um cenário onde produtos e serviços são cada vez mais semelhantes e o diferencial, que pode garantir tanto o desenvolvimento quanto a sobrevivência empresarial, será cada vez mais cultural, simbólico, baseado em relações e no tipo de experiência que o produto ou serviço oferece. Um grande desafio empresarial no momento é conseguir ser visto (num mar de informações) e escolher (num mar de ofertas e oportunidades diversas). Hoje, o consumidor escolhe aquilo que lhe proporciona uma experiência mais interessante, desperta sua simpatia, gera um sentimento de confiança, identificação. (DEHEINZELIN, 2008, p. 15).

A ascensão do consumo por seção pode ser considerada como consequência da necessidade de ‘ser interpretado’ por parte de quem os obtém. Se com o intuito de apreciar uma obra de arte, o indivíduo a adquire e a expõe, comprar uma roupa ou acessório de uma marca especializada, confirma em sua própria propaganda que o bem ofertado é dirigido para pessoas de determinada característica. Quem o obtém assim quer ser considerado. São diversos os exemplos de empresas que, apesar de elevarem seu custo de produção, desenvolvem bens a serem ofertados para certo nicho social com aspectos e particularidades que os discernem do todo, nicho social este, que não se incomoda de desembolsar maior valor, conquanto seja visto ou interpretado pelo todo de modo dessemelhante – na melhor das hipóteses – pertencente ao ‘grupo’ que utiliza a mesma marca. Para Lima (2005):

Nesse período, verificou-se a intensificação da importância do conteúdo dos produtos. As atividades que geram conteúdos assegurariam a concepção, a produção, a gestão e a difusão de informação da sociedade atual. A criação dos conteúdos se orientaria, sobretudo, pela necessidade de responder à individualização da demanda. [...] O crescimento do consumo cultural, portanto, não significaria apenas o incremento de compras de bens culturais, mas, também, dos usos destes na construção das identidades social e individual. [...] Assim, os produtos seriam consumidos através da experiência causada pela natureza subjetiva desses bens. (LIMA, 2005, p. 107).

Por tratar-se de uma indústria onde o recurso primordial é a inteligência, há variedades infinitas de um mesmo produto, pois se referindo a insumos criativos, permitem-se metamorfoses e diferentes interpretações de uma ideia inicial. Diferentemente dos produtos da indústria tradicional, o produto criativo ou não se exaure ou tem durabilidade prolongada, usufruindo-se assim de sua essência em longo prazo. Contudo, é indiscutível que para atender a demanda instável, há uma vulnerabilidade na produção, que torna-se flexível em seus

parâmetros para dar contrapartida nos novos anseios de consumo. O consumo por novidades é constante, forçando a uma crescente necessidade de inovar a todo custo, no menor prazo possível, precisamente pela ‘metamorfose’ previamente citada.

Ao agregar valor a quaisquer cadeias produtivas por intermédio de sua criatividade, os trabalhadores criativos vêm transformando aspectos socioculturais e principalmente o perfil social do trabalho. Descritos por Florida (2011) como do artista extravagante ao cientista excêntrico, esta classe trabalhadora se insurge com o perfil organizacional trabalhista, afirmam sua individualidade por meio do qual criam um elo inquebrável do trabalho com o autor, imputam sua identidade em sua obra. Da labuta árdua manual, migram para o desafio próprio de conceber originalidades, em um aspecto progressivo de suas próprias ideias a materializar.

O trabalhador criativo valoriza a si não pelo seu padrão de consumo ou seu salário, tampouco na hierarquia de um cargo. Esse fato melhor é exemplificado na ampla mobilidade da mão de obra em setores como da tecnologia de ponta, onde tais profissionais migram entre empresas de um mesmo ramo em busca de novas responsabilidades e liberdade à contribuição, desafios a si. Florida (2011) embasa seu argumento nos membros da “Classe X” de Paul Fussel (1983)⁶, que apreciam a si no mérito envolto no desempenho de sua própria atividade, abertos à diversidade, avessos a predefinições e padrões que rotulam seus iguais.

Florida (2011) reconhece a ascensão de profissionais que dedicam seu intelecto como insumo primordial para determinada atividade produtiva, o que previamente instigou figuras notórias como Robert Reich, citado por Florida (2011), que os descreveu como “analistas simbólicos” – devido suas aptidões para manipular ideias e símbolos, bem como Fussel⁷ (1983) que teorizou uma classe desafiadora ao padrão existente de trabalho, descrevendo-os como “Classe X”; pois:

Você não nasce uma pessoa X [...] você adquire esse status por meio de um trabalho árduo de descoberta em que a curiosidade e a originalidade são indispensáveis [...]. Os jovens que convergem para as cidades a fim de se dedicar à “arte”, à “escrita”, ao trabalho “criativo” – a praticamente qualquer coisa que os liberta da presença de um chefe ou superior – são candidatos à classe X [...]. Se, como disse [C. Wright] Mills, o indivíduo de classe média está sempre a serviço de alguém, a pessoa X serve apenas a si mesmo [...]. Os indivíduos X são independentes [...]. Eles adoram o que fazem e trabalham até que finalmente se sintam realizados [...]. (FUSSEL, 1983 citado por FLORIDA, 2011, p. 67).

Por compreender a obsolescência acelerada e a constante demanda por inovações e singularidades, os trabalhadores criativos não apenas solucionam problemas complexos, como

⁷ FUSSEL, Paul. *Class: A Guide Through the American Status System*. Touchstone. 1983.

os procuram e instigam: diferentes aspectos e natureza de conteúdos como *softwares*, músicas ou filmes, análises financeira e judicial, têm sua aplicação instantânea, são altamente propagáveis e úteis de maneira ampla e imediata. Produzir novas técnicas e conteúdos não apenas busca a inovação, pretende auferir também a capacidade de mudar o padrão produtivo de até então.

Para escrever ‘A ascensão da classe criativa’, Florida (2011) realizou uma série de pesquisas com estudantes e trabalhadores criativos, que revelaram um novo aspecto do conceito trabalho, que também se estende ao consumo: multidimensionais experiências. A necessidade de uma participação ativa ao invés de meros espectadores; estar para a atividade num campo onde não se discerne quem participa de quem observa. Para B. Joseph Pine II e James H. Gilmore⁸, as experiências tornaram-se uma quarta oferta econômica, indo além do setor terciário (assim como esse se difere dos tangíveis). Pois, ao estimular e ampliar o intelecto, as experiências:

Quando um sujeito compra um serviço, ele compra um conjunto de atividades imateriais que serão realizadas em seu favor. Já quando compra uma experiência, ele paga para desfrutar de uma série de eventos memoráveis encenados por uma empresa – como numa peça de teatro – de modo a envolvê-lo emocionalmente [...]. Essa recém-identificada oferta de experiências ocorre sempre que, deliberadamente, uma empresa se vale de serviços como um palco e de produtos como objetos de cena a fim de envolver o indivíduo. Se as commodities são fungíveis; os produtos, tangíveis; e os serviços intangíveis; as experiências são *memoráveis*. (PINE III; GILMORE, 1999 citado por FLORIDA, 2011, p. 167).

Nesta mesma sequência de entrevistas de Florida (2011), conclui-se que a meritocracia é implícita na classe criativa – indo na mesma linha de Bell (1997), que aprecia a diversidade do local e de seus componentes, nesta se inspira e expira trabalhos singulares; a dinâmica da atividade produtiva advém desta diversidade, do choque de ideias e culturas que se consubstanciam. Assim se afirma pela preferência de seus componentes de viver em uma cultura cosmopolita, onde o indivíduo se vê diante de seus iguais ao mesmo tempo em que é rodeado de culturas diversas.

A sociedade da informação de Masuda (1982) associa-se a era pós-industrial, onde o capital é o intelecto e para uma nação, a produção física ainda é relevante, todavia, não tão quanto o *royalty* por aquilo que é elaborado ao invés de materializado em seus limítrofes. Todavia, para Santos-Duisenberg (2008), a sociedade da informação precede a sociedade criativa:

⁸ PINE II, Joseph; GILMORE, James H. **The Experience Economy: Work Is Theatre and Every Business a Stage**. Boston, Harvard Business School Press, 1999

Além do mais, como a noção científica de conhecimento, de inovação e de tecnologia da informação está inserida na estrutura conceitual da economia criativa, há quem defenda que hoje estamos testemunhando um período de transição. Parece que o mundo está passando por uma mudança gradativa de paradigma, saindo da era da Sociedade da Informação do século XX, onde o foco estava na comunicação liderada pela informação, e indo em direção a uma abordagem mais holística da Economia Criativa no século XXI, em que a força motriz é a criatividade liderada pelo conhecimento e apoiada pela conectividade. (SANTOS-DUISENBERG, 2008, p. 57).

Com os primórdios dos estudos relativos à classe criativa, em crítica ao modelo do operário da sociedade industrial, passou-se a utilizar com frequência o termo *home office* – na crença de que a partir de então ver-se-ia cada vez mais trabalhadores executando suas tarefas em casa, ao mesmo tempo em que isso reduziria o tempo dedicado a estas obrigações. Todavia, Florida (2011) observa que ainda que o trabalhador criativo por ventura tenha seu lar como local de trabalho, este se dedica em tempo integral na sua execução. Seu intelecto não se desvencilha da atividade produtiva, já que este não apenas opera os meios de produção, mas é parcela e insumo primordial do meio de produção. Problemas a resolver e técnicas a serem desenvolvidas requerem atividade constante e ininterrupta. O foco da Economia Criativa não deve ser a análise deturpada do puro e simples ‘trabalho em casa’, mas sim a transformação social que é a ascensão do ato de criar na economia.

Florida traz indicadores da classe, segundo ele, representa 30% da força de trabalho nos Estados Unidos e que está influenciando profundamente o mundo do trabalho e estilo de vida do século XXI. Na análise de Florida, estamos na era criativa, onde as pessoas vendem acima de tudo sua capacidade de pensar. Defende a idéia que chegou a hora da classe criativa crescer, de constituir-se numa massa crítica e socialmente atuante, com responsabilidades sociais, a serviço do bem comum. (MASSINHÃ, 2012, p. 40).

Ainda que sejam demais as afirmações relativas à ampla flexibilidade de horário ou mesmo o trabalho apenas em casa, de fato o trabalhador criativo nega-se a ser etiquetado por uniformes e/ou padrões administrativos. Tudo não passa de um reflexo das diretrizes da economia do século da informação, diferentemente das teorias da plena valorização do trabalhador ou reconhecimento de sua relevância. O intelecto de fato é o insumo primordial da produção criativa (o trabalhador criativo em si não domina os fatores de produção), esta produção demanda tempo em excesso; tempo que é considerado por Florida (2011) como único recurso não renovável. A grande preocupação passa a ser a plena inclusão dos indivíduos neste processo de intrínseca valorização do humano frente ao capital. Segundo Deheinzelin (2008):

O grande diferencial da Economia Criativa é que ela promove desenvolvimento sustentável e humano e não mero crescimento econômico. Quando trabalhamos com criatividade e cultura, atuamos simultaneamente em quatro dimensões: econômica (em geral, a única percebida), social, simbólica e ambiental. Isso leva a um inédito intercâmbio de moedas: o investimento feito em moeda-dinheiro, por exemplo, pode ter um retorno em moeda-social; o investimento realizado em moeda-ambiente pode gerar um retorno em moeda-simbólica, e assim por diante. As características citadas permitem que, ao promover a inclusão de segmentos periféricos da população mundial, ela também forme mercados. Afinal, não é mais possível só brigar por fatias de um mercado que englobem apenas 30 a 40% da população mundial. É preciso fazer com que os 60 a 70% restantes adquiram cidadania de fato, conquistando também seu papel como consumidor. (DEHEINZELIN, 2008, p. 14).

Assim, a Economia Criativa se assemelha muito as conclusões sobre a sociedade pós-industrial, vale-se das mutações socioeconômicas das últimas três décadas para explicar os fenômenos no mercado de trabalho e no consumo, ressalvados os pressupostos de que o consumidor já tenha auferido suas necessidades básicas, avançando para a demanda por experiências. Foca sua análise no papel desempenhado pela inteligência humana na cadeia produtiva, conseqüentemente, a valorização do trabalhador e das questões humanas na Economia.

3.2 DEFINIÇÕES DE INDÚSTRIAS CULTURAIS

Nesta seção, além da abordagem das Indústrias Culturais, será detalhado os fatores que as distinguem da Economia Criativa, ainda assim mantendo-as unidas para compreensão das mutações socioeconômicas descritas por Bell (1977) e como analisado na seção anterior, por Florida (2011). A análise passará pela descrição das Indústrias Criativas e os primórdios de sua inserção no ramo da economia ainda sob a abordagem clássica da Economia Política, concluindo com uma visão contemporânea à economia globalizada.

Por Indústrias Culturais compreende-se tudo aquilo ligado à produção massificada de atividades e bens culturais. A demanda destes bens ou atividades diferencia-se da referente aos demais bens e serviços: enquanto produtos das indústrias tradicionais são consumidos de acordo com sua utilidade para o cotidiano, a indústria cultural produz ao saber que a demanda se dará por uma interpretação ou significado que seus artefatos ou serviços têm para quem os consome, desconsiderando suas características físicas ou materiais. Wood Jr. (2011) rememora que a expressão indústria cultural (no singular) origina-se da Escola de Frankfurt, associada à filosofia. Na década de 1960 os escritos substituem o termo por indústrias culturais (no plural), influência da sociologia francesa, que considerava a correlação entre cultura, tecnologias e

capital. A complexidade da definição da Cultura como um meio da atividade econômica é lembrada por Deheinzelin (2005):

[...] cultura como um conjunto de características distintas, espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Abarca, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Tal definição traz um desconforto: então, cultura é tudo? Quase, e aqui reside em grande parte sua importância: a compartimentalização que caracteriza nossa sociedade exige um contraponto e a cultura tem esse papel por sua ação transversal, unindo e integrando processos e conhecimento. Do ponto de vista operacional, como vamos então trabalhar com cultura, definir sua abrangência e quem seriam nossos convidados? Como precisamos algo muito simples, propomos que cultura seja aquilo que constrói e transforma mentalidades e hábitos, e nossos empreendedores culturais são partícipes deste processo. (DEHEINZELIN, 2005, p. 01).

Cultura não é tudo, nega-se analogia estrita a hábitos e costumes (mutáveis e parte da cultura); esta é o conjunto de características que discerne a região, as relações espirituais, materiais e pessoais, o modo de vida, suas tradições e crenças, que constrói e molda o ser humano. Consequentemente, as artes e a literatura local são resultados do processo de formação do homem no meio sociocultural. Assim como as riquezas naturais discernem as nações e determinam seu nível de riqueza, os aspectos culturais de cada região e cada país também os diferenciam.

O estudo sobre a Economia da Cultura, ou mesmo a tentativa de fortalecer o desenvolvimento cultural por incentivos econômicos, tem como maior empecilho a escassez de dados, fato decorrente de se tratar de algo de suma abstração como a cultura. Tolila (2007) remonta o aspecto cultural para os clássicos da Economia: enquanto David Ricardo trata os gastos com cultura por “exceção”, J. B. Say os tratou por “irracionalidade”, não por menos se observa ao longo da história descaso do setor econômico para com esta. Para os pais fundadores da economia política, Adam Smith e David Ricardo, que associavam o consumo cultural apenas aos lazeres, meramente demanda de obras que não contribuíam para a riqueza das nações; Tolila (2007) reforça seu posicionamento sobre o descaso dos intelectuais britânicos vendo que seus posicionamentos viam a atividade econômica cultural como um dispêndio de energia intelectual.

Ressalta-se que quando se refere aos primeiros teóricos da Economia Política, a cultura estava associada à nobreza, fato que, não permitia aos economistas preverem o desenvolvimento sociocultural ao longo dos séculos. Dos grandes pensadores econômicos, foi somente em 1928 que Keynes (citado por TOLILA, 2007), em pronunciamento numa

conferência intitulada “Perspectivas econômicas para nossos netos” (informação verbal)⁹, discerniu as necessidades humanas de consumo e retratou o aspecto cultural na demanda. O consumo de bens culturais se elevaria de acordo com o aumento da renda dos indivíduos e seria na visão do pensador britânico, um consumo insaciável.

Ora, é verdade que as necessidades dos seres humanos podem parecer insaciáveis. Mas elas entram em duas categorias: as necessidades que têm um caráter absoluto, nesse sentido em que nós as sentimos sejam qual for a situação de nossos semelhantes, e as que têm um caráter relativo, porque nós só as sentimos se a sua satisfação nos alçar acima de nossos semelhantes nos der o sentimento de lhes sermos superiores. As necessidades que entram na segunda categoria, as que respondem ao desejo de superioridade, podem com efeito ser insaciáveis; porque quanto mais se eleva o nível geral, mais elas continuam a crescer. (KEYNES, 1928 citado por TOLILA, 2007, p. 26).

No desenvolver socioeconômico, desde então, deixa-se de falar de consumo cultural para elites política e econômica; a demanda por cultura dá-se por quase todos os membros da sociedade, dentro das múltiplas estratificações de renda possíveis. Data da década de 1970 os primórdios de estudos múltiplos sobre a intersecção entre cultura e economia, pondo fim a este descaso histórico. Tolila (2007) cita os economistas Kelvin Lancaster, Gary Becker e George Stigler por suas análises do aspecto cultural do consumo.

Para plena compreensão dos pressupostos de análises das indústrias culturais é necessário observar que seus insumos são símbolos e a manufatura terá um significado, ou seja, a significância permite que a corporização da arte humana gere produto(s) tangível(is), que, por consequência, gera(em) valor econômico. Além do lucro, o êxito da produção não está apenas na capacidade de atingir um grande número de fiéis seguidores, mas também em sua eficácia em mudar padrões de produções análogas, modificando tradições populares e sendo pauta para conversas cotidianas.

Furtado (2003) em obra que revela o aspecto cultural da atividade produtiva no âmbito do Mercosul, cita a cultura como algo que escapa do cálculo econômico tradicional, sendo essa um meio crescente na Economia, muito devido à massificação da tecnologia. Furtado (2003) se vale da transição do aspecto impresso da cultura clássica para o que chama de massa uniformizada dos produtos culturais em elevada escala.

O que dá valor a um bem ou serviço cultural são sua autenticidade e sua capacidade de inovar. Ainda que reproduzido de maneira massiva, ele é a expressão de quem o produz, por isso é único. Tolila (2007) lembra que na Indústria Cultural a produção obedece a uma ordem

⁹ Pronunciamento de John Maynard Keynes descrito por por Tolila (2007), oriundo da conferência intitulada “Perspectivas econômicas para nossos netos” de 1928

inversa; diferentemente do engenheiro que desenvolve seus produtos de acordo com especificações, posteriormente levando ao campo do marketing para estudos sobre a melhor maneira de colocá-lo no mercado, a produção de bens culturais baseia-se predominantemente em uma lógica da oferta ao invés da lógica da demanda, reconhecido por um contexto de incerteza.

O problema é que custos altos não significam automaticamente uma grande qualidade artística e que, ao contrário de outros setores clássicos, esses custos não podem ser compensados por um aumento automático dos preços e das vendas. Produzir um filme muito caro não só não garante um grande sucesso de público como, além disso, os bens e serviços culturais são marcados por uma relativa desconexão entre seus custos de produção e seus preços de venda em razão de sua raridade (mercado de arte), da existência de subvenções públicas (espetáculo ao vivo) ou ainda de lógicas diversificadas de amortização em diversos suportes (filmes, música). Salvo algumas variações menores, o preço de uma entrada de cinema será o mesmo tenha o filme custado 20 milhões de dólares ou 100 milhões de dólares. (TOLILA, 2007, p. 32).

Os bens culturais e artísticos sejam de natureza pública (monumentos, museus, etc.), sejam privados (músicas, livros, etc.), caracterizam-se e diferenciam-se dos bens da economia clássica por seu consumo não destruir suas características, tampouco privar de consumo posterior, não rivalizando com outros produtos ou consumidores no seu ato de mercar e posteriormente utilizar – o que em termos gerais lembra o conceito de bens públicos. Centenas, quando não milhares de pessoas desfrutam de um mesmo espetáculo, bem como dezenas de milhões desfrutam de uma mesma obra, seja escrita ou audiovisual. Não por acaso a analogia destes com bens coletivos (educação, saúde, pesquisas, etc.) é recorrente. Stuart Hall (1997) questiona o modo tardio como a cultura se inseriu no campo de pesquisa econômico:

Porque a cultura se encontra no centro de tantas discussões e debates, no presente momento? Em certo sentido, a cultura sempre foi importante. As ciências humanas e sociais há muito reconhecem isso. Nas humanidades, o estudo das linguagens, a literatura, as artes, as idéias filosóficas, os sistemas de crença morais e religiosos, constituíram o conteúdo fundamental, embora a idéia de que tudo isso compusesse um conjunto diferenciado de significados uma cultura não foi uma idéia tão comum como poderíamos supor. Nas ciências sociais, em particular na sociologia, o que se considera diferenciador da — ação social como um comportamento que é distinto daquele que é parte da programação genética, biológica ou instintiva é que ela requer e é relevante para o significado. [...] Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas — culturas. Contribuem para assegurar que toda ação social é cultural, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação. (HALL, 1997, p. 01).

Toda esta conjuntura é desmerecida quando não tratado o aspecto sociocultural da qual deriva a atividade produtiva no entorno do meio cultural. É inegável que independentemente do nível de renda e das características sociais, todas as populações têm uma formação cultural; todavia a própria apreciação da cultura, seja pública ou privada, se distingue entre países e regiões de acordo com o nível educacional e principalmente da educação cultural. Esta última permite não só um maior nível de contemplação da erudição, mas um maior nível de produção de bens e serviços culturais.

Porém tanto os governos quanto os setores envolvidos diretamente com Economia Criativa têm pouca noção do enorme poder e potencial de seus instrumentos e tampouco possuem uma mentalidade voltada para a ação transversal e integrada. Seguem na mesmice, brigando pelos poucos e poucos espaços e recursos, numa concepção de cultura que ainda é do século XIX, com seus museus, salões, saraus e teatros, ocupados por e para uma elite, funcionando algumas horas por dia, poucos dias na semana. (DEHEINZELIN, 2005, p. 02).

Contudo, não há cultura de maior ou menor valor: há cultura! Potencializar estes vínculos e os explorar economicamente requer empenho de múltiplos agentes, privados e públicos. Deheinzelin (2005) ressalta a importância do envolvimento do Estado para encampar este desenvolvimento e democratização:

O que se verifica é portanto a necessidade urgente de inovar, antes de mais nada buscando resultados reais e não meros paliativos de momento, ações tampão que agradam a uns e outros e não deixam resíduo. Estes resultados são alcançados através de processos indutivos, onde Estado e instituições vinculadas ao fomento do desenvolvimento funcionam como proponentes e motores de inovação, provocando o necessário movimento de transformação no setor cultural que também se dá através de processos, em médio prazo, e não de eventos isolados. (DEHEINZELIN, 2005, p. 02).

As trocas globais de bens culturais estimularam a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano 2000 a avaliar as cifras referentes a este comércio, concernente às últimas duas décadas do século XX. Tal estudo é contemporâneo ao avanço dos setores mais antigos das indústrias culturais, como a fonografia e dos meios audiovisuais (cinema, televisão, entre outros), e antecede a expansão da internet e os “novos” setores da Economia da Cultura, por exemplo – software, design gráfico, etc. Para Santos (2000):

Ao longo dos séculos, a cultura se manifesta pelas mais diversas formas de expressão da criatividade humana, mas não apenas no que hoje chamamos "as artes" (música, pintura, escultura, teatro, cinema etc) ou através da literatura e da poesia em todos os seus gêneros, mas também por outras formas de criação intelectual nas ciências humanas, naturais e exatas. É a esse conjunto de atividades que se deveria denominar de cultura. As culturas nacionais desabrocham como reflexo do que se convencionou chamar de gênio de um povo, expresso pela língua nacional, que é também uma espécie de filtro, veículo das experiências coletivas passadas e também forma de interpretar o presente e vislumbrar o futuro. É verdade que na sociedade babelizada que é a nossa, as contaminações de umas culturas pelas outras tornaram-se possíveis industrialmente, dando lugar a uma mais forte influência daquelas tornadas hegemônicas sobre as demais, que assim são modificadas. (SANTOS, 2000, p. 01).

Assim, intelecto, Cultura e Economia desempenham papel relevante na atividade econômica no século XXI. Neste capítulo foram descritas as múltiplas visões do que são as Economias Criativa e Cultural, visando consenso dentre estas, apontando suas semelhanças, o desenvolver histórico e a intersecção junto da Economia Política. Destarte, foram auferidos os pressupostos para compreensão do papel que desempenham as Indústrias Criativas e a Economia da Cultura no Brasil, caso analisado no próximo capítulo, onde projetos, propostas, números e indicadores apontarão a relevância do ramo para a economia Nacional e suas perspectivas até o fim da segunda década do século XXI.

4 O CASO BRASILEIRO

Sabe-se que toda a teoria que engloba a Economia Criativa e as Indústrias Culturais é melhor aplicada – quando comprovadas, a países desenvolvidos, industrializados, os quais lideram a economia global. O intuito deste capítulo será por fim, após explanado os conceitos sobre as Economias da Cultura e do Intelecto, buscar sua aplicabilidade ao caso brasileiro. Com este fim, a Economia Criativa e as Indústrias da Cultura neste capítulo serão tratadas conjuntamente para recapitulação histórica e crítica aos resultados. Se compreender e estudar a Economia Criativa e as Indústrias Culturais são desafios que esbarram nos entraves quanto a metodologia diversa e imprecisa, compensa-se os pesares pela magnitude que esta novidade pode auferir no meio econômico pelas décadas que virão.

Ao longo dos últimos anos vê-se debate dominante e interminável quanto ao fenômeno da queda do papel da indústria na economia. No capítulo 2 (dois) este fenômeno foi analisado sob a óptica da sociedade pós-industrial de Bell (1977) e as teorias descendentes deste sociólogo. Esta discussão em diversos países quanto ao papel da indústria no produto, dividindo-se em alas dos que creem na desindustrialização enquanto outros veem apenas a perda de participação do setor secundário no PIB, é possível por uma diferente óptica, avaliar as transformações socioeconômicas que levam à guinada do setor terciário, em muitas ocasiões substituindo processos por vezes antes verticalizados no âmbito industrial.

Baseado nas teorias da sociedade pós-industrial se é capaz de observar o prestígio que setores como da informação e da inovação (constante), em processos que envolvem fundamentalmente o trabalho humano intelectual, migrando das indústrias clássicas para novas indústrias. Segundo Rafael Machado Madeira¹⁰ – nenhuma teoria pode ter a pretensão de explicar a realidade, a teoria é um retrato que não é capaz de se validar diante das mutações constantes da sociedade (informação verbal)¹¹ – ideia esta que vai ao encontro com o pensamento inicial de Bell (1977). Mas qual seria a aplicabilidade da teoria da Economia Criativa e das Indústrias Culturais num país que recentemente saiu do mapa da fome da ONU e que tem um histórico de pobreza e desigualdade?

A primeira subseção será dedicada a explorar os números da Economia Criativa no Brasil, ressaltando a dicotomia existente entre os indicadores do IBGE e da FIRJAN para o

¹⁰ Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS (FFCH/PUCRS).

¹¹ Informação obtida de anotação de uma das aulas da disciplina de Leituras Políticas do Brasil, em abril de 2014.

meio cultural e criativo. Já a segunda parte do capítulo tratará do Plano Nacional de Cultura (PNC), suas metas e o que esperar da Economia Criativa e das Indústrias Culturais no Brasil.

4.1 O POTENCIAL ECONÔMICO DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL EM NÚMEROS

Inserindo no processo de globalização e indo ao encontro com as perspectivas de Bell (1977) quanto à aceleração do setor de serviços no Produto – que no caso brasileiro atingiu 69,4% do PIB em 2013, bem como do crescimento da administração pública segundo o mesmo autor e Muhlis (2004), que rememorou a “Lei de Dispendios Crescentes”, onde as mutações na estrutura econômica em consonância com crescimento das despesas públicas no PIB, serve para garantir aumento da renda per *capita* – em 2013 chegando a 17,71% do PIB com aumento ininterrupto desde 2010, argumenta-se que de fato o Brasil vive a terceirização da economia.

O Brasil é valorizado e reconhecido internacionalmente pela sua dedicação ao esporte e seus aspectos culturais, como sua contribuição para a música e as festas populares; todavia, de fato, apesar de debates no Congresso Nacional e mesmo em organizações de movimentos culturais, o País sempre careceu de uma política cultural. A criação do Ministério da Cultura do Brasil em 1985 no Governo José Sarney, foi um esboço de uma política de incentivo a cultura em período muito próximo dos primeiros debates sobre Indústrias Culturais. Logo, o atraso brasileiro em promover uma política de desenvolvimento através da cultura é colocado em contraste com a ambição do Reino Unido em tornar-se o maior centro de produção cultural do mundo.

O fato de, nos anos 70/80, termos saído de uma ditadura política para uma “ditadura de mercado” causada pela liberalização, fez com que nunca tivéssemos gestores culturais propriamente ditos. O resultado é que ainda confundimos produtores culturais com gestores e incentivo fiscal para cultura com política cultural. Apenas nos últimos anos isso começa a mudar, com a intensificação da formação específica para gestores e a profissionalização da gestão cultural tanto em nível governamental quanto empresarial. (DEHEINZELIN, 2006, p. 04).

Desde a década de 1990 observa-se no Brasil que o desenvolvimento cultural e de instituições voltadas à cultura, dá-se via incentivos fiscais do Estado. O grande exemplo a ser citado é a Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, a Lei Federal de Incentivo à Cultura, sempre lembrada como Lei Rouanet¹². O grande foco desta Lei é a valorização cultural nacional,

¹² Homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, Ministro da Cultura à época que a lei foi sancionada

promovendo-a e expandindo-a, de modo que empresas e até mesmo pessoas físicas tenham deduzido de parte do Imposto de Renda – seja da pessoa física ou jurídica, voltando este montante ao meio cultural. É necessário ressaltar que o incentivo não altera o valor pago ou restituído do IR, mas sim canaliza parte do IR a um projeto escolhido.

Desde o início da década de 1990, observa-se que muitas organizações culturais passaram a depender fortemente dos recursos das leis de incentivos fiscais à cultura. O Estado renuncia a parte de sua receita tributária, mediante concessão de incentivos fiscais a patrocinadores privados, que transferem esses recursos aos produtores culturais. Nesse processo, os patrocinadores privados podem assumir parte dos custos do projeto ou ser meros intermediários dos recursos estatais, conforme o mecanismo de incentivo utilizado. (FERREIRA; MACHADO NETO, 2011, p. 04).

Ferreira e Machado Neto (2011) tecem críticas a este modelo, já que segundo os autores, muitas instituições privadas que usam desde patrocínio, buscam apenas a redução de seus impostos, utilizando projetos culturais como mídia e marketing, visam o incentivo cultural como uma forma de promover suas próprias empresas e instituições, uma espécie de ‘propaganda do bem’. Na mesma linha, os autores rememoram que há a predominância deste tipo de benefício às grandes empresas, sendo o patrocínio às empresas de pequeno porte ou mesmo às pessoas físicas, pouco expressivos.

A fim de mensurar o impacto do setor cultural no PIB brasileiro, há contradições nos valores aferidos. Ferreira e Machado Neto (2011) apontam que o setor cultural representa 1% no PIB brasileiro, elucidando que os dados do Ministério da Cultura que apontam uma participação de quase 6% no Produto, é exacerbado graças a inclusão de bens de entretenimento como a produção de televisores, DVDs, CDs, ou mesmo de serviços como editoração, produção de TV e propaganda, dentre outros.

A incongruência da análise citada pelos autores é refutada quando observados estudos internacionais como o pioneiro realizado no Reino Unido, ou até o mapa das atividades criativas e culturais econômicas da Firjan (2008), que tomou como embasamento semelhante definição da UNCTAD no *Creative Economy - Report 2008*. Assim, as Indústrias Culturais englobam uma cadeia, não apenas a produção imaterial da cultura, mas também os materiais e elementos vitais para a produção cultural.

É possível exemplificar, considerando a produção de gravações musicais. O produtor musical vai adquirir instrumentos musicais para tornar real a composição. Neste processo, a criação musical será considerada como núcleo, a fabricação de instrumentos musicais e a gravação pertencem à indústria relacionada. A comercialização do CD resultante da criação musical faz parte da atividade de apoio. Desta forma, para avaliar a importância econômica da indústria criativa, é fundamental percebê-la como uma cadeia, onde se incluem os setores de provisão direta ao núcleo – denominadas atividades relacionadas – e os setores de provisão indireta – ou apoio. (Firjan, 2008, p. 13).

Assim, desde 2004 o Ministério da Cultura em cooperação com o IBGE mensura a atividade cultural no PIB, onde o instituto utiliza aquilo que considera como atividades características da cultura e das artes, como edição de livros, rádio e TV, telefonia, produções teatrais e musicais, bibliotecas, museus, dentre outros. A elaboração dos indicadores advém de instrumentos como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), bem como as pesquisas anuais da indústria, do comércio e dos serviços (PIA), (PAC) e (PAS), abrangendo assim tanto a ótica da demanda quanto da oferta. O próprio MinC confirma a dificuldade de medir o PIB da cultura, dada a existência de segmentos informais e artesanais.

Em 2013, o Governo Federal publicou em seu site oficial informações relativas à Economia Criativa e as Indústrias Culturais; dadas as diferentes metodologias utilizadas pelos institutos para mensurar o impacto e o potencial da Economia Criativa e da Economia da Cultura, muitos dos mesmos inserem as Indústrias Culturais no PIB da Economia Criativa. Segundo o mais recente levantamento, o IBGE apontou que 320 mil empresas atuam na produção cultural, correspondendo por cerca de 6% do total das empresas brasileiras. Os empregos formais somavam cerca de 3,7 milhões o que equivale a 8,5% dos postos de trabalho. Em relação à média salarial destes trabalhadores, equivalia a quase 44% a mais que a média nacional. Ainda no mesmo levantamento, entre 2008 e 2013, a economia criativa aumentou de 4% em participação no PIB para quase 8%. É possível avaliar os avanços ao longo dos anos, quando observados os dados do final da década de 1990:

Apesar de o incremento das atividades culturais ser mais acentuado em países desenvolvidos, é possível observar quão dinâmica é a produção cultural em países emergentes como o Brasil. Na pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 1998, com base nos dados apurados em 1997, ficou demonstrado que a produção cultural brasileira movimentou naquele ano aproximadamente R\$ 6,5 bilhões ou 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). O número de empregos gerados pela cultura no ano de 1997 foi de 509.507, ou, 0,8% dos trabalhadores da economia formal. [...] Segundo a pesquisa da Fundação João Pinheiro (1998), o salário médio mensal dos trabalhadores da cultura, no ano de 1997, foi duas vezes superior à média do conjunto de todas

as atividades econômicas do país, incluindo os setores da saúde, construção e agropecuária. (FERREIRA; MACHADO NETO, 2011, p. 10).

Semelhantemente ao IBGE, o mais recente estudo da FIRJAN disponibilizado em dezembro de 2014, com os dados referentes ao ano de 2013, também insere a Economia da Cultura no Produto criativo. Observou-se no mesmo que 251 mil empresas estruturam a Economia Criativa no Brasil em 2013, crescimento de 69,1% desde 2004, quando se registravam 148 mil empresas. Em contradição dos dados fornecidos pelo IBGE (2013) para a Firjan (2014) a participação da Economia Criativa no PIB é de apenas 2,6% do total produzido no Brasil em 2013, aumento de 0,5 p.p. em relação a 2004. Ao longo da década, o PIB da Indústria Criativa avançou 69,8% (termos reais), pouco menos que o dobro dos 36,4% do PIB do País no mesmo período.

Para a Firjan (2014) 892,5 mil eram os postos de trabalho formais nas Indústrias Criativas em 2013, alta de 90%, em relação a 2004, tendo sido geradas mais de 420 mil vagas de trabalho no período, frente ao crescimento de 56% das vagas de trabalho como um todo. A participação dos trabalhadores criativos no número de trabalhadores formais do Brasil ascendeu a 1,8% em 2013, contra 1,5% em 2004, segundo o mesmo instituto. Registra-se que a Firjan utiliza como metodologia não apenas os trabalhadores criativos de trabalhos exclusivamente criativos, mas também todos aqueles envolvidos no processo da cadeia que fornece estrutura, nas chamadas ‘atividades relacionadas’, bens e materiais para a produção criativa e cultural.

Na mesma linha aferida pelo IBGE (2013), a Firjan (2014) verificou aumento real e continuidade no crescimento acima da média na remuneração dos trabalhadores criativos; contrastando o rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro de R\$ 2.073 em 2013, os trabalhadores criativos tinham remuneração média de R\$ 5.422 no mesmo ano, crescimento real de 25,4% em relação a 2004, porém, com crescimento real menor que o avanço do rendimento médio do trabalhador brasileiro ao longo da década estudada, que foi de 29,8%. Os setores que apresentaram maior crescimento no período mensurado foram da Publicidade (que cresceu cerca de 240%), Design, P&D, Tecnologia da Informação e Biotecnologia, todos mais do que dobrando sua participação na geração de empregos no Brasil.

Nota-se que estes dados vão ao encontro com as teorias de Florida (2011) e Wood Jr. (2011), onde o aumento da renda leva ao avanço da segmentação do consumo, que por sua vez, aumenta a orientação da produção para extratos socioeconômicos. O mesmo vale para o tempo médio de estudo dos trabalhadores criativos e a permanência (sempre menor que a média geral) no trabalho por parte destes empregados – fato semelhante analisado por Florida (2011) em seu levantamento feito com trabalhadores norte-americanos. Segundo o IPEA (2011), de acordo

com os dados da Rais de 2010, o trabalhador criativo brasileiro tem média de 11,1 anos de estudo e sua permanência no emprego é de 10 meses inferior a média dos trabalhadores não criativos.

Ainda com o crescimento significativo no período estudado, com aumento na participação do PIB e um quadro de remuneração de trabalhadores consideravelmente acima da média salarial brasileira, o setor criativo enfrenta dificuldades, não só no Brasil, mas ao redor do mundo para sua expansão. No evento Diálogos Capitais – Metrôpoles Brasileiras, promovido pela revista Carta Capital em Porto Alegre no ano de 2014, o jornalista Lucas Costanzi cita pronunciamento do também jornalista Dal Marcondes no evento, que lembrou os avanços do setor criativo concomitantemente aos progressos na sustentabilidade econômica:

Para Marcondes, esta é uma questão urgente e é necessário encontrar soluções de substituição definitiva para esses combustíveis: “O consumo por unidade está caindo; um carro que circulava há 30 anos consome menos combustível que um carro que circula hoje. Mas isto não é a solução definitiva. Precisamos mudar a nossa matriz e isso exige inovação”, reiterou. Um universo em que apenas 3 bilhões dos 7 bilhões de habitantes do planeta têm acesso ao conforto e às comodidades que o modelo econômico vigente pode proporcionar funciona como prova de que o atual modelo de gestão socioeconômico é benéfico para menos da metade da população mundial. (COSTANZI, 2014).

Analisado o contexto da Economia Criativa e das Indústrias Culturais no Brasil durante a década 2004-2013, com os números que apontam seu crescimento ininterrupto e acima da média do PIB e da média salarial, com maior volume de empregos gerados que a média de postos de trabalho dos setores não-criativos, será possível na próxima seção fazer um panorama sobre o futuro da Economia Criativa no Brasil.

4.2 O PLANO NACIONAL DE CULTURA COMO PERSPECTIVA PARA O FUTURO DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

Criado pela Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC) visou elaborar as diretrizes e os objetivos para o aprofundamento da política cultural brasileira, tangenciando a Economia Criativa, formulando políticas afirmativas da Cultura que proporcionem o crescimento do setor cultural e criativo na Economia Nacional. A apresentação do plano justifica a Lei e simultaneamente o Plano, como medidas de valorização e preservação da diversidade cultural brasileira. Sua elaboração foi de meia década, tendo começado em 2005 após a 1ª Conferência Nacional de Cultura, que sucedeu fóruns locais com o mesmo objetivo.

Cabe ao Ministério da Cultura avaliar os projetos e acompanhar a execução das metas, dito como meio de debate social das três esferas do Executivo a fim de promover a Cultura do Brasil.

De acordo com a Lei que embasa o Plano, um comitê executivo foi criado para acompanhar as diretrizes, revisá-las e monitorar as ações do Plano, composto por representantes do Legislativo, nas esferas estadual e municipal, das Unidades da Federação e das cidades que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). O monitoramento ocorre com o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), onde se encontram os dados sobre as políticas culturais. Os estados e municípios que aderem ao SNC também têm que elaborar planos de cultura locais para que assim sejam alcançadas as metas propostas no Plano.

Para aprofundar o desenvolvimento da nova política cultural Nacional, o PNC também contempla Planos Setoriais; até janeiro de 2015, os setores que já tinham Planos elaborados eram: Artes Visuais, Circo, Culturas Indígenas, Culturas Populares, Dança, Museus, Música, Livro e Literatura, e Teatro. Além destes, possuíam participação no Conselho de Políticas Culturais, setores como arquitetura, arquivos, arte digital, artesanato, audiovisual, cultura afro, design, moda, patrimônio imaterial e patrimônio material.

A meta que encabeça o Plano é a de ter sistemas de cultura em todos os estados e em 60% dos municípios brasileiros. Ressalta-se que todas as metas do PNC devem ser alcançadas até o ano de 2020. Até novembro de 2014, todas as Unidades da Federação já haviam aderido ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e 2.327 municípios (41,8%) já tinham acordo firmado. A instituição de leis em suas respectivas esferas, como requer o Plano, para que o acordo seja considerado institucionalizado, só ocorreu no período relatado em seis estados – Acre, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rondônia.

O sétimo objetivo do PNC, voltado exclusivamente para a Economia Criativa, aspirando mapear todos os segmentos culturais e cadeias da Economia Criativa no País, ainda não havia sido publicada no período referente. O objetivo do Ministério da Cultura é semelhante ao levantamento realizado pela Firjan desde 2008, onde a cadeia que vai do insumo até o produto ou serviço criativo final para o consumo é mapeado. Várias Universidades Federais em conjunto com a Fundação Nacional das Artes (Funarte) ficaram responsáveis pelo levantamento.

Apesar do êxito da primeira meta, o oitavo tópico do Plano (ainda voltado para a Economia Criativa), pena de natureza igual ao objetivo anterior; os 110 territórios criativos a serem reconhecidos (sejam bairros, cidades ou regiões de virtual promoção criativa e cultural, na busca de desenvolvimento integral e promoção dos valores locais), ainda não tinham no final de 2014 a metodologia para seus reconhecimentos.

Em 2013, o Ministério da Cultura apresentou o estudo Polos Criativos, sobre pequenos territórios criativos brasileiros. O texto trata de um conjunto de estudos resultantes de Consultoria da UNESCO junto à Secretaria de Economia Criativa (SEC) do Ministério da Cultura, e tem como finalidade apresentar um estudo preliminar e conceitual sobre Pólos Criativos no Brasil, buscando bases de pensamentos e experiências no contexto nacional e internacional e a partir de referências bibliográficas e da análise de alguns casos observados em primeiro momento com vistas a auxiliar na conceituação e na proposição de políticas a serem aplicadas pelo Ministério da Cultura. (PNC – CULTURA DIGITAL – META 8, 2014).

A redução da informalidade no setor cultural também é contemplada no PNC, sua 11ª meta busca aumentar em 95% no emprego formal do setor cultural, descrito no Plano como a criação de 1,3 milhão de empregos formais no setor cultural. Este propósito emperra por diversos outros fundamentos; exemplifica-se com o fato de que a profissão de Historiador somente foi regulamentada no ano de 2012, após trâmite de mais de três anos no Congresso Nacional. Os primeiros números do objetivo descrito são de aumento de 6% em 2011, 9% em 2012 e 10,5% em 2013, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Como citado no início do presente capítulo, a participação do setor privado no desenvolvimento e promoção da cultura destoa do peso do setor público nestas finalidades. Para isso, o Plano Nacional de Cultura busca levar a até 60% dos municípios das cinco regiões brasileiras, produção e circulação de atividades artísticas e culturais beneficiadas por recursos públicos. O fomento aos espetáculos, que visa atenuar os preços e popularizar a cultura, é corroborado com o Vale-Cultura, que no Plano busca ser estendido a 12 milhões de trabalhadores. Todavia, até o final de 2014 apenas 264 mil trabalhadores obtinham o Vale-Cultura, segundo o MinC, sendo que o próprio Ministério estimou que até 18 milhões de trabalhadores brasileiros poderiam obter o benefício, que requer contrapartida dos empregadores para cadastrá-los.

Cerca de 18 milhões de brasileiros podem ser beneficiados com o Vale-Cultura, representando um aumento de R\$ 11,3 bilhões na cadeia produtiva da Cultura. A implementação de programas como o Vale-Cultura tem dois objetivos: fortalecer o mercado consumidor de bens e serviços criativos e contribuir para a formação de cidadãos apreciadores e consumidores de cultura. [...] O Vale-Cultura reforça o conjunto de políticas públicas destinadas a equilibrar a oferta e demanda de bens e serviços criativos, já que historicamente a maior parte dos investimentos públicos converge para as etapas de concepção e produção desses bens, sem o devido esforço de se estimular uma demanda efetiva. (PORTAL BRASIL, 2014).

O progresso da Economia Criativa é concomitante ao incentivo à leitura, como observado na meta 32 do PNC que intenta a ter ao menos uma biblioteca pública em cada município do Brasil. De 2011 para 2012, o número de cidades brasileiras com bibliotecas

públicas ativas havia declinado de 99,4% dos municípios para 93,2%. Com o plano, já em 2013 houve significativa recuperação, estendendo as bibliotecas públicas a 98,8%. Seu fim não lucrativo é um estímulo para as cadeias ligadas à editoração de livros, como registro, indústria de papel e celulose, serviços de distribuição, as próprias livrarias, dentre outros.

Os avanços significativos em parte do projeto apresentado e executado pelo Ministério da Cultura são contrastados por declínios ou nenhum êxito em outros pontos do Plano. Críticas surgem à atuação do MinC neste conjunto de metas díspares que instigam o aumento da participação da cultura e da criatividade no PIB brasileiro, conseqüentemente, no número de vagas de trabalho destinadas a estes segmentos, como no artigo de Marchi (2014):

Ao propor uma política para economia criativa que a coloca no centro de um projeto de desenvolvimento nacional, o MinC acaba submetendo a cultura aos objetivos de inovação, sustentabilidade e inclusão social. A sua maneira, também os governantes brasileiros trazem a cultura das margens para o centro do pensamento econômico e político. Isso altera por completo a lógica do próprio ministério. Desde logo, ele não apresenta estrutura e competência para dar conta das demandas das diferentes indústrias criativas. Atualmente, seu orçamento é insuficiente até para o fomento das atividades culturais. Além disso, essa nova função suscita uma série de questões: até que ponto o MinC pode resguardar seus interesses diante de outras pastas tão poderosas? Se o discurso da SEC é utilizar a cultura como recurso para o crescimento econômico e inclusão social, há atividades que devem ser mais ou menos contempladas? Quais serão os parâmetros para essa escolha? Seria a SEC o germe de um novo ministério dedicado à criatividade? [...] A predominância do debate sobre economia criativa na agenda de políticas culturais no plano internacional impunha ao governo brasileiro a necessidade de reconhecer e lidar com esse tema, o que parece estar sendo feito de uma maneira interessante. No entanto, é preciso reconhecer a série de possibilidades e desafios que se colocam. A mudança de status da cultura exige uma nova concepção de políticas culturais. É preciso que se revejam as articulações entre a proteção do patrimônio histórico, garantia de acesso para a população aos bens culturais fomento às indústrias criativas. Essa tarefa não é fácil. (MARCHI, 2014, p. 212-213).

As quatro últimas metas do Plano Nacional de Cultura são estritamente voltadas ao estímulo fiscal e incremento econômico das potencialidades da Economia Criativa e das Indústrias Culturais no Brasil. O 50º tópico do PNC é a destinação de 10% do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura. Assim, parte da receita oriunda da comercialização de gás natural e/ou petróleo, bem como dos *royalties* das áreas do pré-sal, serão destinados para o financiamento das metas do Plano. Em sua última atualização dos dados das metas, o portal do Ministério da Cultura na internet revela a dificuldade da execução deste tópico, sendo que a aplicação destes recursos se daria em projetos específicos – para evitar deturpação e uso indevido dos recursos, nos moldes executados pelo Ministério da Educação, em programas direcionados para o desenvolvimento da área.

A vinculação do desenvolvimento criativo e cultural na área econômica ao PIB fica atestada no Plano. O progresso pretendido pelo MinC é sempre descrito com o avanço do Produto nas projeções. O objetivo de um crescimento dos recursos destinados ao segmento cultural no decorrer de uma década em 37% acima do crescimento das riquezas do País, busca elevar os recursos públicos federais para a cultura de meros 0,06% para 0,084%. O mesmo ocorre com a renúncia fiscal do Governo Federal para incentivar o meio cultural, de 0,028% no início do Plano para 0,033% do PIB até o fim de sua execução. Estes números modestos destoam das necessidades dos segmentos criativo e cultural.

A meta final do PNC é de levar a participação do meio cultural brasileiro no PIB a 4,5%, frente aos atuais 2,6%; curiosamente, o Ministério da Cultura utiliza os dados produzidos pela FIRJAN e não do IBGE para o monitoramento da meta, apesar de o Sistema de Informações e Indicadores Culturais ter sido desenvolvido conjuntamente pelo MinC e o órgão estatístico. A dificuldade para a execução desde desígnio é reconhecida no próprio documento oficial do Plano:

Há esforços empreendidos desde 2003, pelo governo federal, notadamente o Ministério da Cultura, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no desenvolvimento do PIB cultural. Trata-se de um indicador social de difícil mensuração, já que o setor cultural abarca não somente áreas formais, mas também segmentos informais e artesanais, como as rendeiras do Nordeste do país, a tecnologia de ponta, o desenvolvimento de programas para computadores, entre outros exemplos. (METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2011, p. 98).

O termo chave do Plano é desenvolvimento; a introdução do Plano da Secretaria da Economia Criativa destaca a criatividade e diversidade cultural do Brasil como fonte de um novo ciclo de desenvolvimento nacional. Todavia, os empecilhos intrínsecos como as disparidades regionais, que se traduzem em desigualdade de renda, oportunidades, educacional, dentre outros, questionam o objetivo da Secretaria. Será a criatividade e a cultura do povo brasileiro um modelo de desenvolvimento frente os desafios mais básicos ainda emperrando o crescimento econômico e a inclusão social?

Celso Furtado lutou durante toda a sua vida por um desenvolvimento desconcentrador, fundamentado na diversidade cultural regional brasileira. E, por isso, foi um crítico inclemente das sociedades capitalistas e “de sua forma sofisticada de controle da criatividade e de manipulação da informação”. O que afligia Furtado era a consciência de que “a estabilidade das estruturas sociais não igualitárias estaria diretamente relacionada ao controle por grupos privados dos bens de produção da criatividade artística, científica e tecnológica e do fluxo de informações que brota dessa criatividade.” Grande defensor da inovação, o economista acentuava, no entanto, a necessidade de que o progresso tecnológico caminhasse paripasso com o acesso desses

produtos a camadas mais amplas da sociedade brasileira. (LEITÃO, 2011, p. 12).

Os reconhecidos avanços promovidos pelos segmentos criativo e cultural na atividade econômica brasileira ao longo de uma década, como os já mencionados números de crescimento acima do PIB, bem como acima da renda média por trabalhador, não ignoram os fatores da desproporção das camadas mais ricas e mais pobres, da elevada concentração de renda, da desigualdade da qualidade do ensino das cinco regiões do País, ou mesmo, rememorando Bell (1977), dos detentores do poder de decisão e não-detentores deste poder.

O novo MinC deseja construir um novo desenvolvimento para o Brasil, de forma transversal com os demais ministérios, agências de fomento, instituições internacionais, sistema S, universidades, segmentos criativos, poderes Legislativo e Judiciário, estatais, institutos de pesquisa, organizações do terceiro setor, enfim, com os estados e municípios brasileiros. Mas, para a construção de um novo desenvolvimento é necessário a construção de uma nova mentalidade econômica. Diferentemente da economia tradicional “taylorista”, a economia criativa se caracteriza pela abundância e não pela escassez, pela sustentabilidade social e não pela exploração de recursos naturais e humanos, pela inclusão produtiva e não pela marginalização de indivíduos e comunidades. (LEITÃO, 2011, p. 14).

Observa-se assim, que nas palavras da Secretária da Economia Criativa do Ministério da Cultura – Cláudia Leitão, o progresso da Economia Criativa no Brasil fica pendente de um avanço intelectual, de um planejamento de Brasil, de uma nova matriz ou vertente ideológica integradora capaz de promover a inflexão no modo de produzir. Não basta o conjunto de cinco dezenas de metas para fomentar os setores criativo e cultural na economia, repensar o modo de produzir vai ao encontro com os primeiros pensadores da sociedade pós-industrial e mesmo dos avanços registrados na literatura sobre as Indústrias Criativas e a Economia da Cultura, migrando da economia dos recursos escassos para a economia da inteligência humana.

Associa-se a esta necessidade de refletir sobre a atividade econômica contemporânea, o despreparo para o financiamento de atividades criativas e culturais, dado que em setores como música, o ramo de editoração audiovisual, teatro, dentre outros, fala-se de financiar o intangível, onde o produto final é adquirido como experiência pelo consumidor. Deixa-se a garantia de financiar a agricultura, a pecuária, as indústrias clássicas, para um financiamento de garantia questionável de ativos incorpóreos.

No Brasil, destaca-se o papel do BNDES para o fomento destes setores, que desde 1995 oferta crédito para produção audiovisual, restauração de patrimônio e conservação de acervos. De 2011 a 2017 estimula-se que o Banco estimule produções criativa e cultural em cerca de R\$ 2 bilhões de crédito ofertado. Projetos inovadores – que gerem propriedade intelectual nacional

ficam isentas de outras taxas salvo a TJLP, além de terem, a depende do porte da empresa, até 90% do projeto financiado pelo BNDES.

Assim sendo, a Economia Criativa e as Indústrias Culturais estão associadas à geração de renda, emprego, condutoras do desenvolvimento socioeconômico e regional. Seus números inegáveis avante à média de expansão da economia brasileira, da geração de postos de trabalho e também da média salarial do trabalhador brasileiro explicam sua relevância para o futuro da economia nacional.

A desvinculação do debate destes segmentos do Ministério da Cultura, expandindo ao papel do BNDES, levando a institucionalização de secretarias voltadas aos meios criativo e cultural em todos os estados e em grande parte dos municípios, concomitante ao empenho de organizações privadas e sem fins lucrativos como a FIRJAN, bem como o debate em universidades, são parte dos caminhos para superar os entraves do futuro da Economia Criativa no Brasil. Por meio do Legislativo é necessário superar a informalidade de segmentos culturais, através dos bancos públicos financiar e fomentar a produção, se sincronicamente o Executivo promover medidas que estimulem instituições privadas a também ofertar crédito para a mesma finalidade, o investimento na Economia Criativa e nas Indústrias da Cultura, é capaz de promover um novo ciclo – se não de desenvolvimento, de atenuação das disparidades e inclusão socioeconômica.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou através de múltiplas vertentes a Economia Criativa e as Indústrias Culturais; sejam seus aspectos sociais e suas contribuições para promoção e propagação cultural, sejam suas dimensões socioeconômicas. O mundo acadêmico é o que até hoje demonstrou maior preocupação em entender as mudanças político-sociais nas últimas três décadas que levaram a inflexão da produção massificada à segmentada – antepondo preferências a necessidades, com objetivo primordial de lucratividade sobre predileções dos consumidores – no perfil social do trabalho, onde trabalhadores agora são valorados pela sua contribuição intelectual e não apenas física à produção, bem como no padrão de consumo da sociedade pós-industrial, com ascensão da demanda por experiências.

O primórdio deste trabalho buscou elucidar as ideias de Daniel Bell, introdutor do conceito de sociedade pós-industrial, onde em sua obra magna – **O Advento da Sociedade Pós-Industrial** (1977) relata a possibilidade da superação de escassez através da inteligência humana como insumo principal da atividade produtiva, o que eleva a relevância sociopolítica do trabalhador. Ora, sabe-se que historicamente é o intelecto do homem que supera os entraves e expande a capacidade produtiva; a inovação está intrínseca e é condição fundamental para o constante crescimento da Economia.

Por isso, as interpretações errôneas dos princípios basilares da obra de Bell (1977), questionaram o período inovativo. Buscou-se comprovar que a inovação apontada pelo autor não é de um período recente, ela é histórica, mas com peso, tamanho e magnitude sem precedentes na história do capitalismo. Não por acaso, a sociedade pós-industrial é o período onde não apenas a indústria perde seu protagonismo na atividade econômica, mas tem parte de suas atividades substituídas pelo setor terciário (este, novo protagonista) e, observa-se o crescimento do consumo de experiências e do aperfeiçoamento tecnológico.

Como visto no segundo capítulo, as recentes inovações econômicas desencadearam transformações institucionais, organizacionais, sociopolíticas e tecnológicas, donde informação e conhecimento tornaram-se questões basilares para o desenvolvimento e constituem-se como fatores de diferenciação em termos de renda, lucro e salário (seja na comparação entre países, seja na comparação entre empresas). Estes foram os pressupostos para que no terceiro capítulo fosse analisado o campo econômico, que vivencia novas práticas de produção e demanda de bens e serviços, precisamente por esta intensidade no uso de informações e conhecimento na atividade produtiva. Estes, além de causarem mudanças nas relações de trabalho (migrando do

trabalho manual para o intelectual), produzem uma metamorfose no processo de valorização do capital.

Como observado na segunda seção do capítulo dois, conclui-se que o proletariado clássico da sociedade industrial tem ao longo das últimas décadas perdido seu poder, evento melhor elucidado com a menor participação dos sindicatos na articulação política; contraditoriamente observa-se que o trabalho assalariado não interrompeu seu crescimento, ainda que de maneira muito lenta, enquanto que a nova sociedade trabalhista, esta composta pelos trabalhadores criativos, tem garantido aumento no nível salarial, concomitantemente, de sua relevância sociopolítica.

Contudo muitos se dedicaram a desestruturar tais análises do possível ganho de força deste novo elo da sociedade trabalhadora, especificamente pelos novos moldes setoriais do emprego. Soma-se a isso a ainda elevada concentração de renda, cenário presente na realidade brasileira, devido ao vagaroso aumento nos salários reais. Assim foi necessário discernir os trabalhadores clássicos dos componentes da sociedade trabalhadora pós-industrial, tendo investigado quais características os levam a ter êxitos não desfrutados pelos trabalhadores industriais.

Deduziu-se assim que o tangenciamento entre estas duas essências não é apenas o estudo histórico da transformação do meio social por via de ideais, tampouco o aumento significativo de incentivos para os setores de pesquisa e desenvolvimento, e não se centra na questão do número de trabalhadores que hoje vivem na ‘chamada classe artística’. Pois sim, é o conglomerado de esforços pelos setores público e privado em usufruir desta classe criativa.

Encontrada a congruência entre as múltiplas teorias sobre a Economia Criativa ao longo da história recente, foi possível superar o entrave metodológico e concatenar a realidade dos trabalhadores do setor terciário (da citada ascensão da inovação e do desenvolvimento no setor terciário) descritos por Bell (1977), com os trabalhadores criativos da atualidade, provedores do capital intelectual e força ascendente na atividade econômica.

As grandes empresas do século XXI são as que compreenderam o declínio da era de produção em grande volume, pariforme, reduzindo custos produzindo bens análogos, migrando para a oportunidade mais lucrativa, atendendo a uma nova demanda, de mercado seccionado, dada expansão do consumo por produtos e serviços diferenciados – o que conseqüentemente abre também espaço para as empresas de pequeno porte atenderem diferentes preferências em setores que não demandam elevada tecnologia.

É necessário assim ressaltar que tal inflexão nos parâmetros socioeconômicos se dá de modo díspar em diferentes países, como exposto no segundo capítulo embasado na teoria da

sociedade pós-industrial e inferido no quarto capítulo analisando o quadro brasileiro. Cada Nação é heterogênea e sua mutação social é dessemelhante de toda e qualquer outra mudança de perfil observada, ainda que se dê no mesmo sentido de uma nova sociedade onde o setor de serviços e a inovação tecnológica são os personagens principais da Economia.

Ainda que a Economia Criativa não tenha no Brasil a relevância que tem em países como a Inglaterra e a Austrália, pioneiras nos estudos e na institucionalização deste ramo, foi possível através da apresentação dos principais números e resultados deste campo na cadeia produtiva nacional, expor a importância do segmento para o PIB brasileiro nos últimos anos, e, por meio das projeções embasadas no esforço do poder Executivo em promovê-la (num plano que vai até 2020), também sua magnitude nas próximas décadas para o crescimento econômico, a inclusão e o desenvolvimento social.

Há a necessidade do aperfeiçoamento das políticas públicas que fomentam a Economia Criativa e as Indústrias da Cultura, dado que os postos de trabalho de maior nível salarial, decorrido de um maior nível educacional destes trabalhadores, contribuem para o crescimento econômico e o progresso inovativo, além do princípio inclusivo e desenvolvimentista dos ramos cultural e criativo da economia, onde mesmo o artesanato básico de uma região em desenvolvimento pode ser um meio de promoção de sua cultura ao nível econômico. A sempre atestada diversidade cultural brasileira, reconhecida pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), é um dos pontos chave para o êxito da Economia Criativa no Brasil.

Não diferente da Economia Clássica, a concentração de recursos e o principal insumo da Economia Criativa – o intelecto humano, em regiões mais avançadas, com capital social mais avançado, competente, qualificado e especializado, gera distorções também neste novo segmento da atividade econômica. A centralização de trabalhadores qualificados pode ser vista como impasse para o impulso e o alastramento da Economia Criativa e das Indústrias da Cultura para todas as regiões do Brasil (ainda que hoje existentes, em menor escala). Este prognóstico não deixa de passar por uma obviedade constantemente atestada nos mais diversos ramos do estudo da Ciência Econômica: o progresso da Economia Criativa, das Indústrias Culturais ou mesmo da Economia como um todo, estão concatenados a qualidade do sistema educacional. Quanto mais desenvolvido, quanto maior o tempo de permanência do aluno na escola, quanto maiores às oportunidades, mais inovadora e criativa é a sociedade.

O inegável crescimento da produção de bens simbólicos, após a elucidada mudança no paradigma produtivo que teve início por volta de duas décadas antes dos primeiros estudos sobre a Economia Criativa, estimulam o aprofundamento destas pesquisas sobre esta nova face da atividade econômica, que se difunde pelos ramos sociológico e político. Este mesmo

irrefutável potencial das Indústrias Culturais e da Economia Criativa é ainda pouco explorado; a considerar nações como o Brasil, eternamente dependentes de políticas de fomento para o desenvolvimento e aperfeiçoamento tanto do campo de pesquisa quanto da própria atividade econômica, as modestas políticas lançadas ainda não fazem jus a magnitude que a Economia Criativa tem política e socioeconomicamente, para o futuro da economia do Brasil.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, João. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.2, p. 33-42, mar./abr. 1995.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BAĞDIGEN, Muhlis. Growth: the Turkish Case. **Journal of Economic and Social Research**. v.I, n. 1, 2004. Disponível em: < http://mp.ra.ub.uni-muenchen.de/8576/1/MPRA_paper_8576.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2014.

BERTERO, José Flávio. Sobre a Sociedade Pós-Industrial. In.: COLÓQUIO. MARX E ENGELS, 4. Campinas, 2006. **Anais ...** Campinas, IFCH-UNICAMP, Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m2c4.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Between Two Ages: America's Role in the Technetronic Era**. Estados Unidos, 1982. Disponível em: http://showothers.com/uploads/Zbigniew_Brzezinski_Between_Two_Ages.pdf. Acesso em: 24 ago.2014

COSTANZI, Lucas. **Economia Criativa é o centro do debate promovido por CartaCapital** - Diálogos Capitais. Carta Capital, São Paulo, 26 nov. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/dialogos-capitais/evento-discute-economia-criativa-tecnologia-sustentabilidade-e-comunicacao-a-servico-das-metropoles-2278.html>. Acesso em: 14 jan. 2015

CULTURA DIGITAL. **Acompanhamento das metas**. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/metas/>. Acesso em: 15 jan. 2015

DE MARCHI, Leonardo. **Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil**. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. v.37 n.1. São Paulo Jan./Jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v37n1/a10v37n1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015

DEHEINZELIN, Lala. Economia Criativa é a estratégia de desenvolvimento do século. **Dealer**, São Paulo, p. 14-15, 2008. Disponível em: <<http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/Economia-Criativa-%C3%A9-a-estrategia-de-desenvolvimento-do-S%C3%A9culo-Revista-Dealer-junho-2008.pdf>>. Acesso: 1º nov. 2014

DEHEINZELIN, Lala. **Economia Criativa e Empreendedorismo Cultural**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - ENECULT, 4, 2006, Salvador, Bahia: FACOM-UFBA, 2006. Disponível em: < http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/2005-eneacult-_economia-criativa-e-empreendedorismo-cultural.pdf>. Acesso: 08 set. 2014.

FERREIRA, Lusia Angelete. NETO, Manoel Marcondes Machado. **Economia da Cultura: Contribuições para a construção do campo histórico da gestão de organizações culturais no Brasil**. Rui de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

FIRJAN. **Estudos para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro: a cadeia da Indústria Criativa no Brasil**, Rio de Janeiro: maio, 2008. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CE9215B0DC40121737B1C1407B2>>. Acesso em: 1º maio 2014.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Dez. 2014. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/economicriativa/mapeamento2014/#/2/>. Acesso em: 15 jan. 2014

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. São Paulo: L&PM Editores, 2011.

FUCHS, Victor R. **The Service Economy**. Chicago, NBER, 1968.

FURTADO, Celso; ÁLVAREZ, Gabriel (Org.). **Indústrias Culturais no Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

GORZ, André. **L’Immatériel. Perspectives-Gorziennes**, Paris, França. 24 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.perspectives-gorziennes.fr/index.php?post/2010/11/24/L’Immatériel-%E2%80%93d’Andr%C3%A9-Gorz%3A-une-%C3%96uvre-consistante>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

LEITÃO, Cláudia. **Plano da Secretaria de Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações – 2011 a 2014**. Brasília, Ministério da Cultura, Set. 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LIMA, Carmen Lucia Castro. Debate sobre Indústrias Criativas: uma primeira aproximação para o estado da Bahia. **Revista DesenBahia**. v. 3, n. 5, set. 2006. Salvador, Bahia.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo, José Olympio, 2008.

MASSINHÃ, Rozeli do Rocio Cosmo. **Economia Criativa: conceito, experiências, desafios e alternativas para o Distrito de Ferrara**. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/02/ECONOMIA-CRIATIVA-CONCEITO-EXPERIENCIAS.pdf>>. Acesso: 1º nov. 2014.

MASUDA, Yoneji. **A Sociedade da Informação como sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Editora, Rio, 1982.

MATTOS, Fernando. Sociedade pós-industrial e sociedade informacional: apontamentos de uma revisão bibliográfica. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. v. VII, n.1, Ene., abr./2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/340/522>>. Acesso em: 17 maio 2014.

MIGUEZ, Paulo. **Repertório de fontes sobre economia criativa**. Bahia: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura/UFBA, 2007. Disponível em:
<http://www.cult.ufba.br/arquivos/repertorio_economia_criativa.pdf>. Acesso: 1º nov. 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Metas Do Plano Nacional De Cultura**. Dez. 2011. Disponível em:
<http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/documentotecnicometaspnc.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015

PORTAL BRASIL. **Vale-Cultura facilita acesso dos trabalhadores ao lazer**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2012/06/vale-cultura-facilita-acesso-dos-trabalhadores-ao-lazer>. Acesso: 15 jan. 2015.

SANTOS-DUISENBERG; Edna dos - REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Disponível em:
<http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/Economia_Criativa_Estrategias_Ana%20Carla_Itau.pdf>. Acesso em: 1º maio 2014.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. **Folha Online**, 19 mar. 2000. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_10.htm>. Acesso em: 23 out. 2014.

SILVA, Josué Pereira da. **Teoria Social e Trabalho Imaterial**: a crítica de André Gorz ao capitalismo contemporâneo. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, Belo Horizonte, 2005. **Anais...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. Disponível em:
<http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=54&Itemid=171>. Acesso em: 23 ago. 2014.

SUZIGAN, Wilson. Empresas transnacionais e internacionalização da P&D: elementos de organização industrial da economia da inovação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 2008, v 28, n.2, p. 358-360. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572008000200010>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

TOLILA, Paul. **Cultura e Economia**: problemas, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras, 2007.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo**. Campinas/SP: Papyrus, 2003.

WOOD JR., Thomaz. **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.